

CARLA SIMÕES GOMES

IMPLICAÇÕES DA APOSENTADORIA NA QUALIDADE DE VIDA DO
SERVIDOR PÚBLICO: O CASO DOS APOSENTADOS DE
CATAGUASES – MINAS GERAIS

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL

2002

CARLA SIMÕES GOMES

IMPLICAÇÕES DA APOSENTADORIA NA QUALIDADE DE VIDA DO
SERVIDOR PÚBLICO: O CASO DOS APOSENTADOS DE
CATAGUASES – MINAS GERAIS

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

APROVADA EM: 24 de julho de 2002.

Maria das Dores Saraiva de Loreto
(Conselheira)

Simone Caldas Tavares Mafra
(Conselheira)

Rita de Cássia Lanes Ribeiro

Sônia Coelho de Alvarenga

Neuza Maria da Silva
(Orientadora)

DEDICATÓRIA

A DEUS, fonte de luz e de bondade.
Aos meus pais Cláudio e Lourdinha.
Às minhas irmãs Cláudia e Carine.
Aos meus tios Eduardo e Maria do Carmo.

À minha querida filha Nicolle,

AGRADECIMENTOS

A DEUS, por tamanho zelo por minha vida, dando-me forças e sabedoria para superar os momentos difíceis, e por mais esta conquista.

Aos meus pais Cláudio e Lourdinha, pelo amor, pelo incentivo, pela dedicação e por acreditarem nos meus sonhos.

Às minhas irmãs Cláudia e Carine e à minha sobrinha Isadora, por tudo que representam de bom em minha vida.

À minha filha Nicolle, por a cada dia me ensinar a sonhar e por ser a razão da minha felicidade.

Aos meus tios Eduardo e Maria do Carmo, por sempre me incentivarem e me acolherem com muito amor e carinho.

Às minhas colegas de curso Ângela, Darciley e Neuza, pela amizade e pelo companheirismo.

À Cristina, pela valiosa ajuda na coleta dos dados.

À professora Aurora, pela amizade, pelo carinho e pelo crescimento acadêmico que me proporcionou.

À minha orientadora professora Neuza, pela atenção, dedicação e orientação acadêmica.

Às professoras Simone e Dorinha, pelo aconselhamento acadêmico.

À Aloízia, pela amizade e ajuda em todos os momentos.

Às escolas estaduais de Cataguases, pela cessão da lista dos servidores aposentados, o que muito contribuiu para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos funcionários do Departamento de Economia Doméstica, pela colaboração.

À CAPES, pela concessão da bolsa de pesquisa.

À Universidade Federal de Viçosa e, principalmente, ao Departamento de Economia Doméstica, pelo curso oferecido.

Aos entrevistados, pela atenção com que me receberam, contribuindo, assim, para a realização deste estudo.

BIOGRAFIA

CARLA SIMÕES GOMES, natural de Cataguases, MG, é filha de Cláudio Gomes do Carmo e Maria de Lourdes Simões Gomes.

Em janeiro de 2000, graduou-se em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Durante a graduação participou, por quatro anos, como bolsista do Programa Especial de Treinamento (PET) do Curso de Economia Doméstica, tutorado pela professora Aurora Ribeiro de Goicochea. Nesse Programa, desenvolveu atividades de pesquisa, ensino e extensão, adquirindo experiências para cursos posteriores.

Em fevereiro de 2000, ingressou no Programa de Pós-Graduação, em nível de Mestrado, em Economia Doméstica na UFV, submetendo-se à defesa de tese em julho de 2002.

CONTEÚDO

	Página
RESUMO	ix
ABSTRACT	xi
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. O problema e sua importância.....	1
1.2. Objetivos do estudo	5
1.2.1. Objetivo geral	5
1.2.2. Objetivos específicos.....	5
2. REVISÃO DE LITERATURA	7
2.1. O idoso e aposentadoria.....	7
2.2. Qualidade de vida.....	16
3. METODOLOGIA.....	22
3.1. Modelo conceitual	22
3.2. Área e população	23
3.3. Método de estudo	25
3.4. Categorias e definição das variáveis	26
3.4.1. Perfil socioeconômico do aposentado	26

	Página
3.4.2. Grau de satisfação do indivíduo com a condição de aposentado.....	27
3.4.3. Tomada de decisão em relação à aposentadoria.....	27
3.4.4. Realidade do aposentado relativamente às atividades de trabalho e lazer	27
3.4.5. Variáveis relacionadas à qualidade de vida do aposentado.....	28
3.4.6. Variáveis relativas aos aspectos subjetivos da qualidade de vida.....	30
3.5. Procedimentos de coleta e análise dos dados	30
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	32
4.1. Perfil socioeconômico dos aposentados	32
4.2. Satisfação dos servidores aposentados	37
4.3. Fatores que influenciaram na decisão de se aposentar	38
4.4. Realidade dos aposentados em relação às atividades de trabalho e de lazer.....	39
4.5. Aspectos objetivos da qualidade de vida dos aposentados.....	43
4.5.1. Educação.....	44
4.5.2. Saúde	44
4.5.3. Serviços comunitários	46
4.5.4. Ambiente familiar.....	47
4.5.5. Previdência social.....	49
4.5.6. Segurança financeira	51
4.5.7. Emprego	53
4.5.8. Amizade.....	53
4.5.9. Dependentes	55
4.5.10. Habitação.....	56
4.6. Aspectos subjetivos da qualidade de vida	57
5. RESUMO E CONCLUSÕES.....	64
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67

	Página
APÊNDICES	72
APÊNDICE A	73
APÊNDICE B.....	75
APÊNDICE C.....	76
APÊNDICE D	86

RESUMO

GOMES, Carla Simões, M. S., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2002.
Implicações da aposentadoria na qualidade de vida do servidor público: o caso dos aposentados de Cataguases – Minas Gerais. Orientadora: Neuza Maria da Silva. Conselheiras: Simone Caldas Tavares Mafra e Maria das Dores Saraiva de Loreto.

O acelerado envelhecimento da população brasileira tem sido a causa de preocupações tanto dos órgãos governamentais como da sociedade. No entanto, para atender a essa demanda, antes é preciso reintegrar o idoso à sociedade. Dessa forma, estudos que abordam a aposentadoria sob a perspectiva da qualidade de vida são importantes subsídios para órgãos públicos na formulação de programas e projetos, comprometidos com o bem-estar social. O presente estudo procurou analisar as implicações da aposentadoria na qualidade de vida dos servidores públicos e, especificamente, delinear o perfil socioeconômico dos servidores públicos aposentados; avaliar o grau de satisfação quanto aos benefícios recebidos; os fatores que influenciaram a decisão de se aposentarem; analisar a realidade dos aposentados, em relação às atividades de trabalho e lazer; e examinar os aspectos objetivos e subjetivos da qualidade de vida afetados por esse evento, bem como verificar as possíveis diferenças entre os sexos feminino e

masculino em relação aos aspectos da qualidade de vida afetados pela aposentadoria. O estudo foi realizado no município de Cataguases, MG, com uma população de 100 indivíduos, aposentados no período de 1995 a 2000, nos cargos de docentes e servidores de apoio de nove escolas estaduais dos ensinos fundamental e médio. Os resultados revelaram uma população de aposentados predominantemente feminina, casada, tendo maior representatividade de docentes, portadores de diploma de curso superior, tendo se aposentado com idade entre 45 e 54 anos. A renda recebida variou em função do cargo que ocupavam, ou seja, para os docentes, cerca de 10,0 SM; e para servidores de apoio, 3,1 a 4,1 SM. A respeito da satisfação com os benefícios recebidos, os aposentados mostraram-se insatisfeitos com o valor da aposentadoria e indiferentes em relação ao auxílio-doença. A decisão de se aposentar por tempo de serviço foi influenciada por mais de 80% dos entrevistados. Quanto às atividades de trabalho e lazer, verificou-se que os aposentados optaram por não exercer mais nenhuma atividade de trabalho, pois preferiam dedicar mais tempo à família e aos amigos e realizar atividades de lazer. Os aspectos objetivos da qualidade dos aposentados revelaram que eles possuíam qualidade de vida satisfatória, uma vez que procuravam cuidar da saúde, da alimentação; e valorizavam as relações de amizade e o convívio com a família e os amigos. A sociabilidade dos aposentados, principalmente a participação social e o trabalho voluntário, chamou a atenção pelo fato de eles demonstrarem pouco interesse em participar de eventos sociais e por não estarem inseridos em nenhum trabalho voluntário, por falta de interesse ou porque não sabiam como participar. Esperava-se que a sociedade/comunidade, por meio da comunicação e da informação, incentivasse a participação desse novo segmento da população nos programas das escolas, nas entidades, associações etc., pois é uma possibilidade de estabelecer trocas de experiências, contribuir com os conhecimentos e habilidades adquiridos ao longo dos anos e, ao mesmo tempo, representar uma forma de estar contribuindo com a sociedade.

ABSTRACT

GOMES, Carla Simões, M.S., Universidade Federal de Viçosa, July 2002.
Implications of the retirement in the public servant's life quality: the case of retired servant in Cataguases – Minas Gerais. Adviser: Neuza Maria da Silva. Committee members: Simone Caldas Tavares Mafra and Maria das Dores Saraiva de Loreto.

The population aging has become a common phenomena in several countries. In Brazil, it has been worrying either the public agencies and society who are responsible for the elaboration of plannings targeted to the reintegration of old people to the society, by assuring them with a life quality and mainly deconstructing the old people' image the society has been projected, which many times is depreciative and preconceptionous. So, the aging concept has also been applied to the retired individuals; therefore, the retirement and elderliness became a synonym for unproductiveness and loss of the social role. This study aimed specifically to analyze the implications of the retirement in the public servants' life quality in order to delineate the retired individuals' socioeconomic profile, to evaluate the satisfaction level concerning to the received benefits, to analyze the factors affecting the making decision for retirement, the perspectives related to the work and leisure activities, to examine the life quality' subjective

aspects affected by this event, as well as the differences among men and women concerning to these aspects. The study was carried out in Cataguases county, MG, using a sample with 100 individuals, who retired from the functions of teacher and support servants over the period from 1995 to 2000, in nine state elementary and middle schools. The results showed a retired population which was predominantly feminine, married, and most of them were undergraduated docents, who retired from 45 to 54 years old. Their perceived income varied as a function of the position they occupied, that is, 10.0 minimal wages and approximately 3.0 to 4.0 minimal wages for docents and support servants, respectively. In relation to the satisfaction with the received benefits, the retired individuals showed to be satisfied with the retirement value, but indifferent to the disease-assistance. The working time was a factor affecting more than 80% interviewers when making a decision about retirement. Concerning to the work and leisure activities, it was observed that the retired individuals opted for not exercise any work activities, so preferring to dedicate more time to their families, friends and leisure. It might be considered that this retired group has a satisfactory life quality, since they valorize the care with health and feeding, as well as the friendship relations and the conviviality with their families and friends. The social participation and the volunteer work called the interviewers' attention because the interviewed individuals were disinterested in participating into the social events, as well as because they were not involved in any volunteer works due to lack of interest or because they do not know how to participate. It is important that, through communication and information, the society stimulate the participation of this new population segment in the school programs, in entities and associations, since this participation constitutes a possibility for the establishment of experience exchanges among generations, so providing the retired individuals with the opportunity to contribute with the knowledge and abilities they have acquired along the years for the society's well-being.

1. INTRODUÇÃO

1.1. O problema e sua importância

O aumento acelerado da população idosa tem provocado uma mudança na estrutura etária da população dos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, o que significa que os idosos passarão a corresponder a um contingente bastante representativo da sociedade. O envelhecimento da população brasileira é um fenômeno que, sob o ponto de vista numérico, pode ser evidenciado pelos dados do IBGE (2000). Na projeção da população para o ano de 2000, estimou-se um total de 7.723653 pessoas, na faixa etária entre 60 e 69 anos e, para 2005, um aumento para 8.833465 pessoas. No século XXI, 22% da população do Planeta estará na chamada faixa da Terceira Idade, sendo que o Brasil será o sexto país do mundo quanto ao número de idosos, o que implica que os brasileiros estão vivendo, em média, até aos 69 anos, ou seja, quase 50% mais que na metade do século passado (IBGE, 2000; BERNARDES, 2000; NERI et. al., 1999).

A preocupação com o processo de envelhecimento populacional não deve limitar-se somente aos dados estatísticos, mas, principalmente, deve focalizar a relação da sociedade com o idoso. Talvez este seja o grande desafio pelo fato de envolver mudanças nos papéis socioculturais, no conceito e na

imagem estereotipada que a sociedade tem a respeito da velhice. Para que as políticas públicas tornem-se eficientes e garantam uma qualidade de vida aos idosos é preciso, primeiramente, que a sociedade passe por um processo de desconstrução da imagem da velhice, quase sempre associada à improdutividade, à depreciação, à marginalização e ao preconceito.

Segundo DEBERT (1999:14) “a tendência contemporânea é rever os estereótipos associados ao envelhecimento”.

A este respeito, NERI (1992) salienta que cabe à sociedade a responsabilidade de redefinir, sócio e culturalmente, o significado da velhice, possibilitando a restauração da dignidade para este grupo etário.

Os relatos de Ariès em “*História Social da Criança e da Família*”, sobre as Idades da Vida, a velhice, na sociedade antiga, começava cedo. (...) e, em geral, antes do século XVIII, o ancião era considerado ridículo. A respeito da velhice, o autor faz algumas inferências:

As variações de um século para o outro dependem das relações demográficas. São testemunhos da interpretação ingênua que a opinião faz em cada época da estrutura demográfica, mesmo quando nem sempre pode conhecê-la objetivamente. Assim, a ausência da adolescência ou o desprezo pela velhice, de um lado, ou, de outro o desaparecimento da velhice. (...) exprimem a reação da sociedade diante da duração da vida.

Tem-se a impressão, portanto, de que cada época corresponderiam uma idade privilegiada e uma periodização particular da vida humana; a “juventude é a idade privilegiada do século; a “infância” do século XIX; e a “adolescência” do século XX (p. 48).

Para a realidade atual, BARRETO (1992) levanta algumas questões sobre a velhice, ao considerar que, como norma, o velho (o ancião e o sábio) deve ser respeitado, mas esse “objeto de respeito” encontra-se desaparecido, “disfarçado de jovem”, físico, moral e psicologicamente.

O avanço da idade como processo contínuo de perdas e dependências é responsável por um conjunto de imagens negativas associadas à velhice (SILVA 1992). O autor ressalta que, também, propiciou a legitimação de direitos sociais,

como a universalização da aposentadoria. Daí o envelhecimento ser definido como um conjunto das alterações sofridas pelo organismo, ao longo da vida, estando associado ao fato de ter idade, termo este que tem sido aplicado, também, ao grupo social que aposenta.

Nos tempos atuais, a aposentadoria e a velhice são sinônimos de improdutividade; uma vez que a proposta de alterações na forma de organização do trabalho, levantada pela sociedade industrial, culminou com a substituição dos trabalhadores idosos por mão-de-obra jovem e instrumentalizada para a atualidade, criando a aposentadoria e, socialmente, definindo a velhice.

A Aposentadoria conferiu o princípio de identidade à velhice, transformando-a em um tempo particular do ciclo de vida, sem que o indivíduo seja necessariamente velho. Sem dúvida a aposentadoria traz para a grande maioria dos trabalhadores a iminência de um conflito individual e social (SALGADO, 1992)

No estudo de GARCIA (1999) sobre a “A auto-imagem na aposentadoria – mito e reflexão”, a autora também defende, na maioria das vezes, a aposentadoria, associada à velhice e à incapacidade, em função de que na literatura acadêmica, a aposentadoria é, em geral, fruto de preconceito: aposentar-se passa a ser sinônimo de perda da identidade, da dignidade e do papel social.

Este preconceito leva o indivíduo, que se aposenta, à perda da auto-estima e da confiança. Como a imagem do aposentado, está, muitas vezes, diretamente relacionada à imagem da velhice, a representação desta faz com que percebamos os aposentados como velhos. Assim, a aposentadoria acaba promovendo uma certa ambigüidade que o sujeito com suas vivências tem que enfrentar, ou seja, é considerada como um tempo de libertação ou, ao contrário, um tempo de marginalização (GARCIA, 1999).

Ainda, segundo a mesma autora, o desligamento laboral é um dos grandes marcos de "passagem" do ser humano. Em geral, é acompanhado de certas transformações e mudanças nos papéis sociais, no status e nas relações intrafamiliares, interferindo, profundamente, na qualidade de vida do indivíduo,

afetando aspectos de ordem profissional, pessoal, financeira e, sobretudo, emocional do aposentado.

Assim, Beauvoir (1990), citado por GARCIA (1999), aborda a aposentadoria da seguinte forma: "Ser brutalmente precipitado da categoria de indivíduos ativos para os inativos e classificados como velhos, que suporta uma diminuição constrangedora de recursos e de nível de vida, sendo, na imensa maioria dos casos, um drama que acarreta graves conseqüências psicológicas e morais".

Nas sociedades pós-industriais, a situação do idoso não pode ser apresentada a partir de um esquema de sobrevivência, considerando-se, exclusivamente, a satisfação das necessidades fundamentais. É preciso examiná-las sob uma perspectiva – a da qualidade de vida (SILVA, 1992).

Conceitualmente, o termo qualidade de vida tem abrangência complexa e reflexiva, uma vez que possui características e componentes diferentes, dependendo da camada social da população a ser estudada. Antes de mais nada, deve retratar o bem-estar do indivíduo, considerando não só os aspectos econômicos, mas também, sua satisfação pessoal, na família e na sociedade.

A promoção da qualidade de vida na idade madura excede os limites da responsabilidade pessoal e deve ser vista como um empreendimento de caráter sociocultural e, portanto, uma interação harmoniosa entre as pessoas e a sociedade. Sob esta perspectiva, propõe-se, neste estudo, uma análise das condições de vida dos aposentados e a respeito de sua qualidade de vida.

A preocupação com os aspectos relativos à aposentadoria surgiu a partir de estudos datados nos anos 70, na França. No Brasil, ainda são poucos os estudos, que abordam a aposentadoria. Até mesmo nos países desenvolvidos, somente nas últimas décadas o aumento do envelhecimento populacional tornou-se uma preocupação acadêmica, enquanto, devido à ampliação do tempo de vida dos cidadãos, a aposentadoria foi inserida, inclusive, na agenda política, como uma das questões do mundo contemporâneo. Hoje, muito se opina sobre a aposentadoria, pouco se escreve sobre ela e menos ainda se pesquisa sobre o assunto.

Tomadas as devidas proporções entre o que é falado, o que é escrito e o que é estudado, verifica-se que muito se especula, mas pouco se sabe realmente sobre o que vem a ser aposentadoria, para quem a vivencia (VERAS, 1999; GARCIA, 1999)

Estudos sobre este tema são importantes, pois, constituem efetivos instrumentos para se avaliar os impactos da aposentadoria sobre a qualidade de vida das pessoas, bem como identificar as possíveis falhas no sistema previdenciário, as quais recaem diretamente sobre seus beneficiários. Tais estudos podem oferecer subsídios para os órgãos públicos competentes, para programas e projetos comprometidos com o bem-estar social dos servidores públicos, assim como para instituições que prestam consultoria a programas de preparação para a aposentadoria, em empresas públicas e privadas. Considerando o número reduzido de pesquisas sobre o assunto, no Brasil, espera-se que este estudo possa contribuir, também, como subsídio para continuidade de outras pesquisas sobre o assunto.

1.2. Objetivos do estudo

1.2.1. Objetivo geral

No presente trabalho, pretende-se delinear o perfil socioeconômico dos servidores públicos estaduais aposentados, analisando o grau de satisfação por eles alcançado nesta etapa da vida, os fatores que influenciaram sua decisão em se aposentar e suas expectativas em relação à aposentadoria, bem como examinar os aspectos da qualidade de vida afetados por este evento e a existência de diferenças entre homens e mulheres quanto a esses aspectos.

1.2.2. Objetivos específicos

- Delinear o perfil socioeconômico do aposentado;

- Avaliar o grau de satisfação dos servidores aposentados, quanto aos benefícios recebidos;
- Identificar e analisar os aspectos relevantes, que influenciaram sua decisão em aposentar;
- Analisar a realidade dos aposentados, em relação às atividades de trabalho e lazer;
- Examinar os indicadores objetivos e subjetivos da qualidade de vida, após a aposentadoria;
- Analisar as possíveis diferenças entre os servidores do sexo feminino e do sexo masculino, em relação aos aspectos da qualidade de vida afetados pela aposentadoria.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Ao centralizar alguns aspectos da aposentadoria e sua relação com a qualidade de vida, procurou-se realizar uma revisão bibliográfica sobre estes dois tópicos a fim de construir um referencial teórico útil não só à fundamentação teórica condizente com a análise que se pretende realizar, mas, também com base no delineamento deste trabalho.

2.1. O idoso e aposentadoria

A população brasileira vem envelhecendo desde o início da década de 60, quando a queda das taxas de fecundidade começou a alterar sua estrutura etária, estreitando, progressivamente, a base da pirâmide populacional (CHAIMOWICZ, 1998).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a velhice começa aos 75 anos para os países desenvolvidos e 60 anos para os subdesenvolvidos. Na realidade, não existe uma idade cronológica que identifique a chegada da velhice pois, como afirma OLIVEIRA (2002), esta depende da postura e do interesse de cada pessoa em relação à qualidade de vida.

A percepção da sociedade a respeito da idade da velhice é comumente equivocada. É necessário rever os critérios que rotulam os indivíduos como

“velhos”, até mesmo por que não se pode estabelecer um limite exato que seja considerado o marco da velhice, pois, com os avanços da medicina, as fórmulas de prolongar a vida, tanto no nível físico como psicológico, já estão à disposição das pessoas maduras. Sobre o significado da velhice, (SALGADO, 1992) acrescenta:

As apreciações mais remotas sobre o envelhecimento sempre propuseram imagens negativas para essa etapa do ciclo de vida (...). A imagem estereotipada da velhice tende a ser substituída por uma representação mais positiva, dessa forma, envelhecer assume o significado de um novo tempo no qual a liberação dos compromissos profissionais e familiares possibilita a vivência de outras experiências que foram postergadas anteriormente, em função dos inúmeros papéis e responsabilidades exercidas. É uma posição que se opõe ao significado da velhice como imobilidade e incapacidade (p.159).

O envelhecimento útil e feliz não pode ser apenas um mito. Cabe à sociedade a responsabilidade de redefinir, sócio e culturalmente, o significado da velhice, possibilitando a dignidade para esse grupo etário. Cabe ao idoso o compromisso de lutar, pois se a sociedade inventou a velhice, devem os idosos reinventar a sociedade. Assim, “terceira idade” é uma expressão que, recentemente, popularizou-se com muita rapidez no vocabulário brasileiro. Mais do que referência a uma idade cronológica, é uma forma de tratamento das pessoas de mais idade, que não adquiriu conotação depreciativa (DEBERT, 1999).

Como o sinônimo da aposentadoria é freqüentemente atribuído à velhice, fazendo com que os aposentados se tornem velhos, SALGADO (1990) comenta que a universalização da aposentadoria, como instituição social, é um fenômeno do último século e que deste se inicia. Originalmente, constituía um sistema de organização voluntária por parte de alguns grupos de trabalhadores, mas, em sua evolução, revestiu-se de um caráter de lei social, objetivando dar sustentação econômica ao trabalhador, numa etapa do ciclo de vida durante a qual decaem suas forças físicas ou aptidões para o trabalho. A aposentadoria decreta funcionalmente a velhice, ainda que o indivíduo não seja velho, sob o ponto de

vista biológico. Sobre isso, FREITAS, (2001) ressalta que a ampla divulgação dessas iniciativas contrasta com o silêncio relativo com que os problemas ligados à aposentadoria eram tratados, ao longo dos anos 80. De qualquer modo, é surpreendente constatar a visibilidade que essa questão ganhou na mídia, nos anos 90.

Considerando que aposentadoria é um estudo relativamente recente, ao questionar a relação entre cidadania e a aposentadoria, BERNARDES (2002) estabelece uma ordem cronológica para a evolução da aposentadoria no Brasil.

Até 1930, o direito à aposentadoria era extremamente restrito. Na tradição monárquica portuguesa – que o Brasil independente conservou com modificações – a aposentadoria era uma mercê, uma concessão real, dada ao súdito/servidor público como um reconhecimento ou prêmio. Na Primeira República, a visão liberal pregava que o Estado não deveria intervir nas relações entre patrões e trabalhadores. Conseqüentemente, a aposentadoria representava um problema privado do trabalhador – portanto, este deveria poupar para assegurar sua velhice e enfrentar um eventual problema – ou, no máximo, era uma questão que poderia ser enfrentada através dos Montepios¹ e outras formas de auxílio, sem que isto implicasse em qualquer direito associado, isentando, assim, qualquer obrigação por parte do Estado. A Proclamação da República trouxe algum reconhecimento e ampliação de direitos para os empregados públicos e algumas categorias de trabalhadores.

Como conseqüência da Primeira Guerra Mundial, foi criado o Bureau Internacional do Trabalho e ocorreu uma legitimação de proteção social, pelo menos formalmente, que foi adotada por diversos países, inclusive o Brasil.

Na década de 20, a Previdência Social Brasileira foi instituída através das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAP's). Entretanto, anteriormente já existiam medidas referentes às garantias no trabalho, que instituíam a responsabilidade potencial do empregador, relativamente aos acidentes de trabalho, ficando estabelecido que o seguro de acidentes seria coberto por

¹ Instituição em que, mediante certas condições, adquire-se o direito de, mediante a ocorrência de morte, deixar pensão pagável a alguém de sua escolha.

empresas privadas. No entanto, o projeto tornou-se lei mediante a Lei Elói Chaves, conforme Decreto-lei nº 4.682 de 24/01/1923, que estabelecia obrigatoriamente, em cada companhia ferroviária, um fundo de aposentadoria e pensões. A evolução histórica da Previdência Social, conforme COHN (1981), demonstra que ela foi instituída em termos compulsórios e que as contribuições para mantê-la são provenientes do empregado, do empregador e da União, com os custos da previdência recaindo sobre os próprios assalariados.

A Previdência Social é um sistema regido pela Lei Orgânica da Previdência Social de 26/08/1986, que se mantém por meio de contribuições obrigatórias de empregados e empregadores, calculadas sobre os salários pagos. Pode ser entendida como um conjunto de instituições destinadas a prestar assistência aos assalariados e sua família. Como pensão, está relacionada ao seguro formado por um programa de pagamentos prestados ao indivíduo, ou a seus dependentes, como compensação parcial ou total da perda da capacidade laborativa por doença, invalidez, morte (deixando a pensão protegendo a família) ou por idade avançada. Aos segurados, garantem-se os benefícios que, geralmente, guardam proporção com as contribuições (SANDRONI, 1999; STEPHANES, 1998).

Dentre as modalidades de aposentadoria, segundo LOPES (1971), MENDES (1998) e a EMENDA CONSTITUCIONAL (1999), estão:

Aposentadoria por invalidez – refere-se ao benefício pago ao segurado, em decorrência da incapacidade para o exercício do trabalho que vinha desempenhando, decorrente de acidentes em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei;

Aposentadoria por velhice – há dois tipos, ou seja, a compulsória, que é automática a partir do dia imediato ao que o trabalhador atinge idade-limite de permanência no serviço ativo, e a voluntária, iniciada a partir da data da publicação do respectivo ano.

Aposentadoria especial – refere-se ao direito de repouso, que se deve reconhecer ao indivíduo que trabalhou durante muitos anos, sobretudo em se tratando de

serviços, que pela sua natureza, envolvem riscos, desconforto ou perigos acima do comum.

Aposentadoria por tempo de serviço – refere-se ao direito do indivíduo que passou a maior parte de sua vida no trabalho, geralmente com poucas oportunidades de repouso e recreação. Deve ser-lhe assegurado o direito a um fim de existência mais descansado.

O regime de aposentadoria pode ser classificado em proporcional ou integral, em função do tempo de contribuição, salário e idade. Diante de tantas categorias funcionais dos indivíduos, que exercem atividades laboristas e contribuem para os fundos de previdência social, os servidores públicos estaduais compreendem uma categoria inserida na nova reforma da Previdência Social.

Especificamente para os servidores públicos estaduais, objeto de interesse deste estudo, a EMENDA CONSTITUCIONAL (1998) estabelece:

- sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;
- sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Para o cargo de professor do ensino fundamental e médio, o tempo para a aposentadoria, segundo EMENDA CONSTITUCIONAL (1998):

- vinte e cinco anos na regência e cinquenta anos de idade, se mulher e trinta anos na regência e sessenta anos de idade, se homem.

Algumas reformulações, conforme RIOS (2000), foram feitas para categorias de professores de educação infantil, do ensino fundamental e médio, que começaram a trabalhar após as novas regras da Previdência. Esses professores continuam a ter direito à aposentadoria especial, desde que tenham a idade mínima e tempo de contribuição. Para se aposentar, o professor de ensino fundamental e médio ou universitário, que já exerce o magistério e paga a Previdência, deverá enquadrar-se em duas regras de transição. A primeira consiste em acrescentar um percentual ao seu tempo de serviço, já trabalhado. No caso do homem, este é de 17% e, no caso da mulher é de 20%. Feito este

acréscimo, passará a segunda regra de transição, que é comum a todos os que já são segurados.

Quanto aos serviços e benefícios adquiridos, os servidores públicos classificam-se como usuários do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (IPSEMG), que tem por finalidade prestar assistência previdenciária, inclusive médica, hospitalar, farmacêutica, odontológica e complementar a seu beneficiário. Consideram-se segurados: servidor estadual civil, servidores de órgãos autônomos e de autarquia estadual integrados ao Instituto, o Governador, Secretários de Estado, Secretário-Adjunto, membros do Tribunal de Contas e do Poder Judiciário.

As prestações previdenciárias asseguradas pelo IPSEMG consistem em benefícios e serviços. Benefício é a prestação pecuniária exigível pelo segurado, ou seu dependente.

Serviço é a prestação assistencial a ser proporcionada ao segurado, ou seu dependente, condicionada às possibilidades administrativas, técnicas e financeiras do IPSEMG.

São benefícios e serviços:

- a) Aos segurados
 - Auxílio-natalidade
 - Assistência financeira e habitacional
- b) Aos dependentes
 - Pecúlio
 - Pensão
 - Auxílio-reclusão
 - Auxílio-funeral
- c) Aos beneficiários em geral
 - Assistência médica e farmacêutica
 - Assistência odontológica
 - Assistência complementar
 - Pecúlio especial

Um fenômeno cada vez mais freqüente é a aposentadoria precoce. Conforme a EMENDA CONSTITUCIONAL (1998) e o MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (MPAS, 1999), o regime de aposentadoria especial contribui para a aposentadoria precoce de várias categorias funcionais e, assim, muitos servidores que se encontram no auge de sua produtividade acabavam voltando ao mercado de trabalho, competindo, vantajosamente, com os trabalhadores mais jovens, além de contribuírem para descaracterizar a natureza do sistema previdenciário, cujo objetivo é a reposição de renda do indivíduo, quando este a perdeu parcial ou totalmente.

A mídia e os meios de comunicação têm demonstrado que a previdência social brasileira vem passando por várias reformas e ajustes, cujo ônus recai sobre os assalariados. Também são comuns as interferências do governo, utilizando os recursos da previdência social para financiar alguns setores da economia (VERAS, 1999).

Outro fator que tem-se mostrado relevante é a transferência, cada vez maior, da responsabilidade do Estado para os indivíduos, através do incentivo de planos de aposentadoria privada.

A aposentadoria privada surgiu com o objetivo de instituir e manter planos privados de concessões complementares ou semelhantes aos da Previdência Oficial.

BERNARDES (2000) faz algumas inferências, quando diz que a aposentadoria é, hoje, um fenômeno de massa, com profundas implicações e conseqüências de ordem política, social, cultural e econômica. E acrescenta:

Para o Estado brasileiro, principalmente nos últimos anos, os aposentados têm sido apresentados não apenas como um pesado encargo social, do qual ele procura livrar-se, mas até mesmo como uma espécie de parasita da sociedade, responsável por males e dificuldades da mesma e que confundem direitos com privilégios (p.34).

Entende-se por aposentadoria o direito, que tem o segurado previdenciário, de retirar-se da atividade profissional, mediante a ocorrência de certos riscos ou o preenchimento de determinado tempo ou de idade, fazendo jus

a um benefício em pecúnia, variável de acordo com a espécie ou causas desse afastamento, pagável por uma instituição previdenciária (NUNES, 1994; SILVA, 1992).

Pode ser também definida pelo estado de inatividade ao fim de certo tempo de serviço, com a conservação de parte do salário. Visto assim, a aposentadoria é um direito adquirido e deve satisfazer às múltiplas necessidades de quem a recebe. Mas, nessa perspectiva, a aposentadoria tem significado inverso e, não raras vezes, é percebida, pelos que a ela fazem jus, como retorno à situação de improdutividade e dependência. Portanto, é um direito adquirido pelo trabalhador, direito pelo qual ele muitas vezes paga um preço muito alto, isto é a exclusão do indivíduo do mundo da produção, no qual é reconhecido, além de sua colocação em uma espécie de limbo social, onde ele torna-se um ser que ninguém mais enxerga (MOTTA, 1988; BERNARDES, 2000).

Em sua pesquisa sobre aposentadoria de professores universitários (recém – aposentados), DEPS (1994) classifica a aposentadoria como um evento que significa ruptura com as atividades profissionais desempenhadas, ocasionando afastamento e redimensionamento de natureza interpessoal, bem como novas formas de ocupação do tempo e, conseqüentemente, novos comportamentos e novas autopercepções.

Os estudos sobre a aposentadoria, segundo SANTOS (1990), obedecem a duas abordagens básicas: a da medicina e da sociologia. A primeira, tende a considerá-la como um fenômeno da natureza, independente de um contexto sociocultural e das características da personalidade do indivíduo; portanto, o fator biológico determina todas as transformações. A autora faz uma crítica a esta abordagem pelo fato de não se poder subestimar a importância social e do comportamento do sujeito; a segunda abordagem também não possibilita uma real abrangência do problema, pois, prioriza os aspectos do contexto social, negligenciando, assim, a influência das características individuais e biológicas.

VERAS (1999) aponta uma outra linha de estudo, que analisa o problema através da transformação experimentada pelos sujeitos que atingem a velhice, no

que se refere à perda do status social e suas conseqüências sobre o comportamento do indivíduo. E afirma:

A aposentadoria representa uma perda de status e o redirecionamento exclusivo para a família, o que pode significar um novo equilíbrio ou um isolamento social. (...) Ao se admitir que a aposentadoria provoca uma mudança no comportamento do sujeito aceita-se implicitamente uma relação muito forte entre o comportamento e a estrutura social que determina os papéis profissionais. A Aposentadoria significa, no mínimo, um momento de mudança concreta e real na vida dos sujeitos (p.08).

As conseqüências da aposentadoria podem alterar as estruturas psicológicas, sociais, econômicas, profissionais, familiares e outras decorrentes dessa mudança na condição de profissional ativo para aposentado ou inativo. A denominação inativo ou aposentado, isto é, aquele que fica no aposento, reflete isto claramente. A passagem de um período ativo para um outro desprovido de motivações e objetivos, com deterioração do padrão de vida e sem reconhecimento social, pode levar a nefastas conseqüências sociais e econômicas (CARVALHO & SERAFIM, 1995; VERAS, 1999).

O processo de aposentadoria estabelece idades diferentes para homens e mulheres, conforme o exercício do cargo efetivo no magistério, tempo de serviço, valores a serem pagos pelos contribuintes e os benefícios a serem recebidos por estes. No entanto, o desligamento profissional pode ser vivenciado de maneiras diferentes entre homens e mulheres. Dentro da esfera micro, ocorrem algumas alterações quando "alguém da casa" se aposenta.

Analisando este aspecto no âmbito de homens e mulheres, GARCIA (1999) afirma que as mulheres que trabalham em sistema de meia jornada ou em jornada integral, ou aquelas que optaram pela carreira e não possuem dependentes, o retorno ao lar decorrente da aposentadoria configura um alívio e uma gratificação, assim como, em geral seu comportamento social costuma ser participativo e cooperativo. Quanto aos homens, devido principalmente a fatores culturais, sua socialização é centrada no âmbito público e sua presença em casa pode ser sentida como a de um invasor. Alguns, por não terem mais o que fazer,

tentam ou até assumem tarefas domésticas. Neste caso, os conflitos costumam vir à tona, e acentuam-se alguns problemas com os filhos.

No entanto, a aposentadoria pode ser vivenciada de forma gratificante e compensatória, desde que o sujeito consiga adaptar-se às mudanças, trazendo para a nova etapa uma bagagem de experiências, a oportunidade de concretização de projetos de vida que ficaram comprometidos em função da atividade laboral, mais tempo para atividades de lazer, de convívio social e relações humanas.

Nas sociedades pós-industriais, o trabalho passou a assumir uma dimensão central, ou seja, o valor do indivíduo, seu reconhecimento enquanto ser humano, pode ser medido pelos papéis profissionais que ele desempenha. Com a aposentadoria, o indivíduo afasta-se das atividades e dos papéis profissionais que desempenhava. Conseqüentemente, a perda do “valor” de seu trabalho faz com que a aposentadoria, para muitas pessoas, passe a significar certa ausência de sentido da vida e a institucionalização do envelhecimento.

Contraopondo ao trabalho, está o lazer. Percebe-se que as relações entre ambos evoluíram tão rapidamente que alguns estudiosos, visando caracterizar o modo de vida da sociedade contemporânea, referem-se ainda a uma civilização do trabalho, enquanto outros já falam numa civilização do lazer.

O lazer apresenta-se como um elemento central da cultura vivida por milhões de trabalhadores, possui relações sutis e profundas com todos os grandes problemas oriundos do trabalho, da família e da política que, sob sua influência, passam a ser tratados em todos os termos.

2.2. Qualidade de vida

Muitos estudos têm investigado o bem-estar individual e coletivo do ser humano considerando a promoção de uma melhor qualidade de vida para o homem e a família. A última década do século XX parece ter ocupado o centro das atenções de profissionais de diversas áreas de conhecimento, na busca por uma melhor interação entre o homem e seu ambiente físico e social. Tornou-se fundamental, para a sociedade globalizada, promover o crescimento e

desenvolvimento, com qualidade e satisfação nos setores socioeconômico e cultural, em que o indivíduo é o tema central.

No início da década de 1970, muitos políticos enfatizaram sua preocupação com a noção vaga de “qualidade de vida”, talvez devido à complexidade do assunto e o caráter vago com que o termo era usado. O conceito de qualidade de vida surgiu como reação à insatisfação quanto às medidas e indicadores exclusivamente econômicos, usados para medir o desenvolvimento e modernização. Portanto, são necessárias, portanto, outras variáveis para se proceder a tal mensuração. É preciso considerar que os fenômenos sociais são complexos e multidimensionais; portanto, é necessário um número abrangente de indicadores para refletir a qualidade de vida, seja em uma área ou domínio específico. (CEBOTAREV, 1981; CARLEY, 1985).

Como objeto de investigação, o termo ‘qualidade de vida’ tem sido empregado tanto para avaliar as condições de vida urbana, incluindo o saneamento básico, lazer e segurança, quanto para se referir a saúde, o conforto e bens materiais. Embora fazendo parte do cotidiano, os parâmetros para definição do que é viver com qualidade são múltiplos e resultam de várias características (BOM SUCESSO, 1998; BUARQUE, 1993).

A grande discussão, na visão de COIMBRA (1978), perpassa pelos conceitos e modelos pré-existentes para então instituir a visão mais moderna, que é a crítica e a redefinição do conceito de qualidade de vida, uma vez que ‘o viver com qualidade e bem-estar’ está relacionado às necessidades biológicas, socioeconômicas, culturais, de lazer, e segurança, às aspirações e perspectivas individuais e, ou coletivas dos indivíduos, grupos populacionais e de gênero de uma sociedade. Ainda, acrescenta que a qualidade de vida compreende o somatório de fatores decorrentes da interação entre a sociedade e o ambiente, atingindo a vida no que concerne às suas necessidades biológicas e psíquicas.

Segundo a perspectiva de HERCULANO (1998), a definição do que é a qualidade de vida variará em razão das diferenças individuais, sociais e culturais, assim como de acordo com a acessibilidade às inovações tecnológicas.

O estudo realizado por FERREIRA (1986), sobre as “Dimensões da Qualidade de Vida no Meio Rural de Santa Catarina e Rio Grande do Norte”, demonstra que esta traduz a expressão concreta de todos os esforços do homem para conseguir maior possibilidade de bem-estar. Pode ser compreendida como o bem-estar produzido por elementos sociais, econômicos, culturais, políticos, religiosos e ambientais. Tais elementos não apenas configuram as dimensões do ‘ter’ e do ‘possuir’, mas, também do ‘ser’ e do ‘viver’ em condições de produzir e usufruir dos bens e dos serviços necessários e disponíveis na sociedade.

Allardt (1995), citado por HERCULANO (1998), define os três verbos considerados básicos à vida humana: ter, ser, amar.

O ‘ter’ refere-se às condições materiais necessárias a uma sobrevivência, incluindo os recursos econômicos, as condições de habitação, emprego, saúde, educação. O ‘ser’ refere-se à necessidade de integração com a sociedade e de harmonização com a natureza, a serem mensuradas com base nos princípios: participação nas decisões e atividades coletivas, atividades políticas, oportunidades de tempo e lazer, etc. O ‘amar’, como um dos indicadores sociais, refere-se à necessidade de relacionar-se com outras pessoas e formar as identidades sociais: união e contatos, família e parentes, relações de amizade, contatos com associações e organizações e relações com companheiros de trabalho.

Qualidade de vida é conceituada como sendo as condições necessárias em nível de indivíduos, famílias e comunidade – para satisfazer adequadamente às exigências básicas (alimentação, higiene, saúde, trabalho, lazer, segurança, vestuário e habitação), sociais e culturalmente definidas, indispensáveis ao desenvolvimento normal e potencial do homem e ao exercício responsável de sua capacidade, sem menosprezar seu meio ambiente físico e natural (CEBOTAREV, 1981).

Autores como ACOSTA-HOYOS e GUERRERO (1985) discutem os pressupostos teóricos da qualidade de vida, relacionando esta com as opções econômicas e com as necessidades familiares dos indivíduos. CEBOTAREV (1981) classifica as necessidades humanas em dois tipos: as de subsistência e

aquelas ligadas à realização do potencial humano. Essa autora afirma que, numa sociedade pluralista, os valores das pessoas, suas aspirações e seus estilos de vida variam amplamente e que essas variações produzem diferentes concepções a respeito do que constitui uma qualidade de vida satisfatória, considerando tanto os aspectos subjetivos como objetivos.

METZEM (1980), em estudos sobre a qualidade de vida e seus efeitos nas áreas residenciais, considera que a qualidade de vida refere-se ao estado de bem-estar dos indivíduos, seja individual ou em grupo, igualmente como as características do ambiente em que as pessoas vivem. Desta forma, pode envolver tanto os aspectos objetivos da realidade como os subjetivos, percepções e valores.

Alguns autores como Angrist et al. citado por CARLEY (1985), consideram que, para quantificar a qualidade de vida, os pesquisadores têm de ir além dos resultados objetivos e medir a ‘realidade’ em que as pessoas vivem. Ao contrário, CEBOTAREV (1981) corrobora que ambos são úteis para medir a qualidade de vida, para diagnosticar e validar os resultados de programas destinados à avaliação da qualidade de vida. Os dados objetivos podem informar, principalmente, sobre as condições em que a população se encontra, enquanto os subjetivos fornecerão uma visão das percepções das pessoas, em relação à qualidade de vida.

A inferência que Carley (1985), citado por WARD (1978) faz sobre os indicadores subjetivos revela que, para a maioria dos pesquisadores, a pesquisa de qualidade de vida significa uma maior atenção aos indicadores sociais subjetivos, pois, estes baseiam-se na distinção entre os aspectos da vida de uma pessoa, relacionando-se, portanto, com sua qualidade. Estes indicadores são obtidos de fontes externas às pessoas, e das percepções destas sobre o que é importante para sua qualidade de vida.

Uma linha de estudo, abordada por CHIAVENATO (2000), é o trabalho proposto por MASLOW (1980) sobre a classificação hierárquica de cinco níveis de necessidades humanas, que o autor concebeu pelo fato de o homem ser uma criatura que expande suas necessidades no decorrer de sua vida. Segundo o autor,

o nível mais baixo é composto pelas necessidades fisiológicas (alimento, água, sono, etc), enquanto o segundo nível é a necessidade de segurança e garantia para si e para sua família. O terceiro nível compõe-se de diversas facetas das necessidades de ‘pertencer’ e ‘amar’, enquanto o quarto nível é o das necessidades de independência e liberdade. O nível mais alto desta hierarquia é a necessidade de auto-realização. Maslow sustenta que as necessidades devem ser atendidas, em ordem ascendente, isto é, as necessidades fisiológicas têm de ser atendidas antes de quaisquer outras necessidades. Afirma, ainda que o homem é ‘auto-realizador’, ou seja, o que ‘ele pode ser’, ele ‘tem de ser’. Assim, o processo de auto-realização do homem (sua qualidade de vida) pode ser auxiliado ou prejudicado pela natureza de sua sociedade (CARLEY, 1985).

Para isto, os indicadores de qualidade de vida devem ser delimitados, considerando-se *a priori* o tipo de população e, ou grupo a ser analisado para, então, posteriormente, traçar os fatores inerentes a tais grupos, considerando que as necessidades e aspirações humanas são hierarquizadas em maior ou menor abrangência e que variam, conforme o grau de importância e prioridades, que pode ser atribuído a determinados fatores em detrimento de outros. Alguns indicadores de qualidade de vida são: integração social, educação, posse de bens básicos, renda, emprego, saúde, acesso à previdência social, padrão habitacional, convivência com familiares, vizinhos/amigos, padrão de higiene, tempo dedicado ao lazer, adequação nutricional, religião, bem estar consigo mesmo (ACOSTA-HOYOS e GUERRERO 1985).

Ao abordar os fatores que refletem uma boa ou má qualidade de vida, é preciso identificar certos indicadores, que espelham melhor o estado de bem-estar individual ou coletivo que se pretende analisar, procurando-se levar em consideração o ambiente micro e macro no qual o indivíduo se insere. Dentre estes, inclui-se o acesso à previdência social como parte deste estudo, a fim de mostrar como a questão da aposentadoria tem influência direta na qualidade de vida, uma vez que afeta o comportamento e o desenvolvimento do indivíduo.

Dentre as propostas sobre um ‘índice de qualidade de vida’, HERCULANO (1998) sugere que a questão ambiental se agregue aos itens, hoje

mensurados, e propõe que a qualidade de vida seja o somatório das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas coletivamente construídas e colocadas à disposição dos indivíduos para que estes possam realizar suas potencialidades, incluindo a acessibilidade à produção e consumo, aos meios para produzir cultura, ciência e arte, bem aos mecanismos de comunicação, informação e participação nos destinos coletivos urbanos, que assegurem água e ar limpos, higiene ambiental e preservação ambiental.

3. METODOLOGIA

3.1. Modelo conceitual

O delineamento deste estudo fundamenta-se no modelo idealizado por METZEM (1980), com algumas adaptações, em virtude de este modelo justificar a proposta de trabalho, ao englobar os aspectos objetivos e subjetivos, considerados necessários à análise da qualidade de vida de um determinado grupo e, ou categoria social.

Sobre a qualidade de vida, METZEM (1980) considera o bem-estar individual e, ou coletivo, bem como as características do ambiente em que os grupos estão inseridos. O autor baseia-se na premissa de que a qualidade de vida é o produto das condições de vida da população e das percepções que os indivíduos têm sobre o que significa uma vida com qualidade. O centro da implementação desta conceitualização é o modelo, em que o nível individual de satisfação com a qualidade de vida é função da satisfação com os vários domínios da vida. Esses domínios, são constituídos por elementos específicos ou fatores – aspectos do meio ambiente físico, técnico e sócio-institucional, dentro do contexto da experiência de vida de cada um.

Esta concepção sugere que a satisfação dos indivíduos com os domínios ou elementos, que são altamente importantes para ele, poderá contribuir muito para a satisfação total com a qualidade de vida.

Dentro deste modelo conceitual, proposto por METZEM (1980), foram feitas algumas adaptações, considerando tanto a população a ser estudada quanto aos domínios considerados neste estudo, que são: educação, saúde, serviços comunitários, ambiente familiar, previdência social, segurança financeira, habitação, emprego, grupos de amigos e lazer (Figura 1).

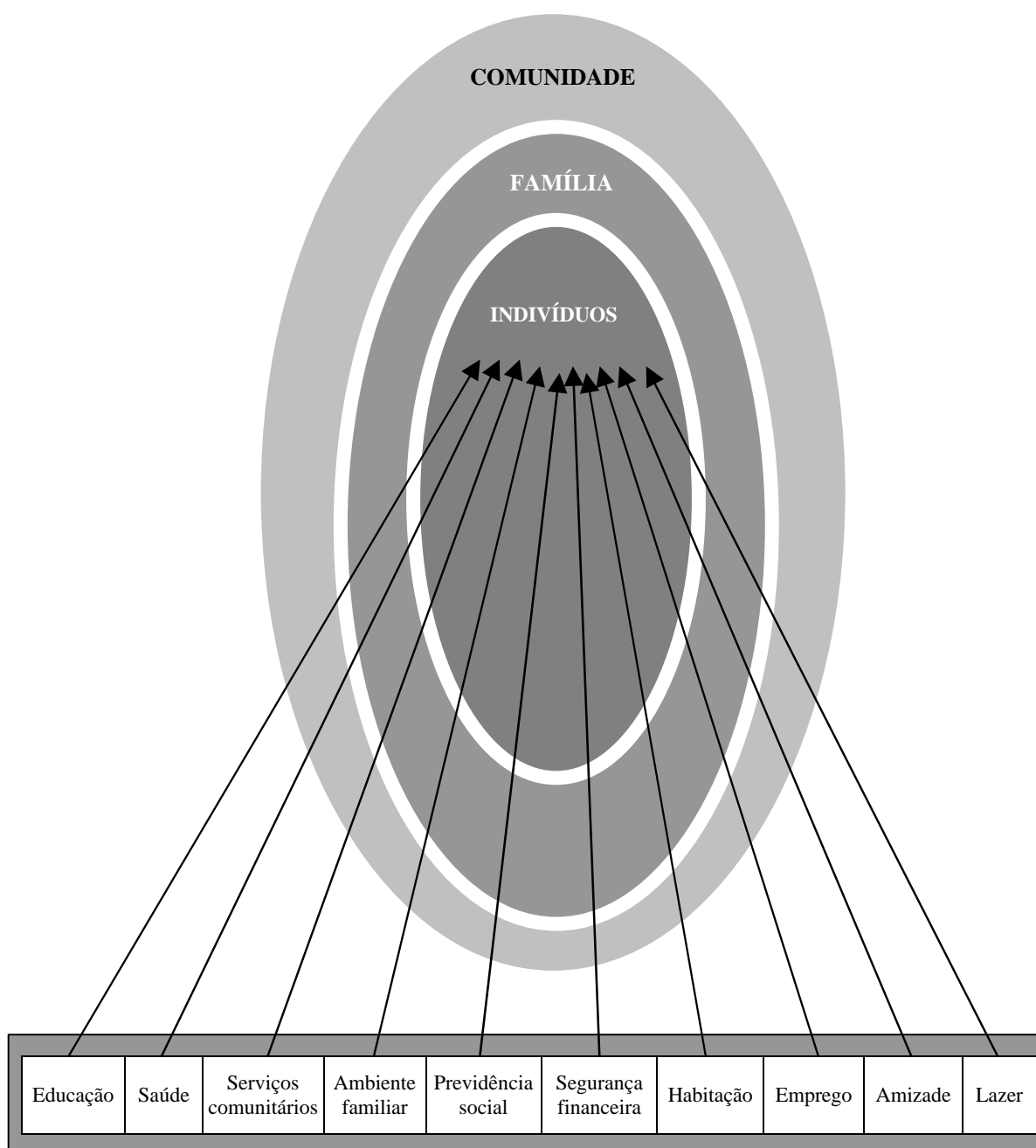
3.2. Área e população

A área espacial de estudo compreende o município de Cataguases, situado na Zona da Mata de Minas Gerais. Ocupa uma área de 495 Km² e está situado a 167 m de altitude, apresentando clima tropical quente e úmido. O município é constituído pelos distritos de Cataguases (sede principal), Cataguarino, Sereno, Vista Alegre, Aracati de Minas e Glória. Possui completa infra-estrutura, como postos de saúde com atendimento diário, escolas de ensino fundamental, médio e superior.

Conforme os dados do Censo Demográfico de 2000, a população total residente no município é de 63.980 pessoas, o que permite classificar o município como sendo de médio porte, em função do número de habitantes (IBGE/CENSO 2000). De acordo com a estimativa da população, em 1996, a taxa de crescimento populacional era de 6% ao ano, sendo que, atualmente, o município apresenta um elevado nível de urbanização, ou seja, 91,9% da população residem no meio urbano e 9,1% no meio rural.

O município destaca-se como um importante centro industrial do estado de Minas Gerais, no ramo predominantemente têxtil, além de possuir também, indústrias de papel, papelão, indústrias mecânicas e outras. O setor comercial é diversificado e especializado, contando com um grande número de estabelecimentos, principalmente varejistas, que polariza uma grande área da Zona da Mata. Atualmente, o setor industrial conta com 1.216 microempresas, 432 empresas de médio porte e 158 empresas de grande porte.

MODELO CONCEITUAL DA QUALIDADE DE VIDA



FONTE: METZEM (1980) adaptado

Figura 1 – Modelo conceitual de qualidade de vida.

A parte cultural e de lazer da cidade é considerada bem desenvolvida, em função do número de habitantes, contando com um cinema, três museus, três bibliotecas, um centro cultural, três teatros, sete clubes sociais e quatro ginásios poliesportivos, destinados a atender às necessidades da população. Conta, ainda, com 12 entidades filantrópicas e 30 associações de moradores.

A cidade possui um sistema educacional amplo, observando-se a presença de várias escolas, mantidas tanto pelo poder público (estadual ou municipal), quanto pela iniciativa privada. Atualmente, o número total de escolas corresponde a: 36 escolas da rede municipal (ensino fundamental e médio) e ensino pós-fundamental, que é a Escola Municipal de Auxiliar de Enfermagem; nove escolas da rede estadual (ensinos fundamental e médio); 15 escolas particulares (ensinos fundamental e médio); uma instituição de ensino superior, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que oferece as Licenciaturas em Letras, Ciências e História e o Curso de Pedagogia; SENAI, CAT – Centro de Atividades do Trabalhador, que oferece o pré-escolar, ensino médio e profissionalizante; e o CAIC – Centro de Apoio Integral à Criança. A taxa de alfabetização da população é de 92,6%.

O número de servidores públicos das escolas estaduais somam 486 pessoas em atividade, em nove escolas, na cidade de Cataguases (PERFIL ESTATÍSTICO, 1999). No entanto, dessas nove escolas estaduais, de ensino fundamental e médio, um total de 139 trabalhadores, aproximadamente, aposentaram no período de 1995 a 2000.

A população estudada é formada por servidores aposentados nos cargos de professor (ensino fundamental e médio) e auxiliar de serviços gerais (servente, inspetor de alunos, merendeira, etc), de ambos os sexos.

3.3. Método de estudo

O método de pesquisa consistiu no estudo de caso que, segundo COMPTON e HALL (1975), trata-se de um estudo abrangente de uma unidade social, seja esta unidade uma pessoa, um grupo, uma instituição social, um bairro

ou uma comunidade. Dentre as vantagens do estudo de casos, apontadas por ROTHMAM (1994) e LUDKE e ANDRÉ (1994), estão a possibilidade de uso de uma variedade de instrumentos de coleta de dados, incluindo a observação direta e a entrevista estruturada, bem como o uso de muitas fontes de evidências, tais como documentos, entrevistas informais, observações indiretas e depoimentos.

Conforme mencionado, o total de servidores, que se aposentaram no período de 1995 a 2000, somam 139 indivíduos. Entretanto, considerando-se aqueles que se recusaram a responder o questionário, bem como aqueles que não residem mais no município e os que já faleceram, chegou-se a um total de 100 aposentados. Assim, considerando que a pesquisa abrangeu 72% dos aposentados, considerou-se conveniente fazer um levantamento de campo, pois, conforme COMPTON & HALL (1975), os estudos de campo são inquisições (*ex post facto*) científicas, que visam descobrir as relações e as interações entre as variáveis sociológicas, psicológicas e educacionais dentro de estruturas sociais reais.

3.4. Categorias e definição das variáveis

Tomando como base o modelo conceitual de METZEM (1980), estabeleceram-se seis categorias de variáveis e a forma de operacionalização das mesmas, ou conforme descrito a seguir.

3.4.1. Perfil socioeconômico do aposentado

Sexo: masculino ou feminino;

Estado civil: solteiro, casado ou amigado, viúvo, desquitado ou separado, e divorciado;

Grau de escolaridade: a última série cursada pelo aposentado;

Idade com que se aposentou em anos;

Atividades que exercia no serviço público estadual: professor, nível e auxiliar de serviços gerais, tais como: faxineira, servente, cozinheira, e outros;

Renda do aposentado: refere-se à renda recebida pelo aposentado, medida em salários mínimos, considerando-se o valor da aposentadoria e de outros benefícios, assim como os proventos recebidos, caso exerça alguma atividade remunerada;

Tempo que trabalhou no serviço público, em anos;

Idade atual, em anos.

3.4.2. Grau de satisfação do indivíduo com a condição de aposentado

Esta variável foi operacionalizada, usando-se a escala de Likert, que categoriza o grau de satisfação de 1 a 5 (muito insatisfeito, insatisfeito, indiferente, satisfeito e muito satisfeito), considerando-se os seguintes fatores: valor monetário da aposentadoria, acesso aos benefícios e auxílios.

3.4.3. Tomada de decisão em relação à aposentadoria

Com respeito aos fatores que influenciaram a decisão do indivíduo em se aposentar, procurou-se operacionalizá-los por meio de perguntas, que permitiram verificar se a aposentadoria ocorre por tempo de serviço, por invalidez, por compulsoriedade, por regime especial, ou devido à ocorrência de outros fatos relevantes. Neste último caso, foi solicitado que se especificassem tais fatos.

3.4.4. Realidade do aposentado relativamente às atividades de trabalho e lazer

Trabalho – refere-se à situação ocupacional do aposentado, ou seja, se não trabalha mais e se ainda trabalha (sim;não), os fatores que o levaram a continuar no emprego ou a procurar outra atividade remunerada (complementar a renda;

sentir-se produtivo; fatores psicológicos, como depressão; fator de motivação, prazer no que faz; além de outros, que deverão ser especificados).

Lazer – refere-se às atividades recreativas (individuais ou coletivas) praticadas pelo aposentado. Este foi questionado quanto ao tipo de atividades recreativas ou de lazer que pratica, com que frequência (n.º de vezes por semana) e se participa de eventos ou de atividades recreativas promovidas por associações, prefeituras, escolas e outros.

Além disso, procurou-se identificar se o indivíduo sente falta de algum tipo de lazer, o que ele gostaria de realizar e por que não o faz, se está satisfeito com o tempo que dedica ao lazer.

3.4.5. Variáveis relacionadas à qualidade de vida do aposentado

Educação – refere-se ao grau de instrução atingido pelo aposentado (ensino fundamental, completo ou incompleto, ensino médio completo ou incompleto, ensino superior completo ou incompleto), bem como seu nível de escolaridade, medido pela última série cursada.

Saúde – medida pela autopercepção de seu estado de saúde, no momento da entrevista. Foi perguntado se fazia algum tratamento de saúde e, em caso positivo, qual, e como estava sendo custeado o tratamento (pelo IPSEMG, SUS, particular ou plano de saúde).

Serviços Comunitários – foi medido pela disponibilidade, ao aposentado, dos serviços públicos em sua comunidade, tais como: transporte, iluminação pública, abastecimento de água, telefone público, posto policial, correios, bancos, escolas, igrejas, hospitais, postos de saúde, dentre outros.

Ambiente Familiar – refere-se às relações do aposentado com sua família. Foi-lhe perguntado se reside com a família (sim;não), se relaciona-se bem com a família

(sim;não), se realiza tarefas domésticas (sim;não), e em caso positivo, quais tarefas realiza, se tem algum poder ou autonomia nas decisões tomadas pela unidade familiar (sim/não, em quais).

Acesso a Previdência Social – refere-se ao valor dos benefícios da previdência. Foi medido pelo valor desses benefícios, em salário-mínimo (SM) e, também, pelos valores de outros benefícios, como pensão por morte do cônjuge, auxílios e pelos benefícios dos planos de aposentadoria privada.

Segurança Financeira – operacionalizada por meio das seguintes variáveis:

a) Posse de Ativos – refere-se à posse e quantidade de bens que o aposentado possui, tais como: TV, telefone fixo, vídeo, antena parabólica, telefone celular, microondas, máquina de lavar e máquina de secar, bem como a posse de reservas em dinheiro e em ativos, como imóveis, carros, terrenos, maquinário ou equipamentos.

b) Dívidas e despesas – refere-se aos encargos, ou dívidas contraídas, e despesas com alimentação, transporte, saúde, habitação, vestuário e educação, operacionalizados por meio de perguntas, como, por exemplo, por quais despesas o aposentado é responsável?

c) Dependentes – foi perguntado se o aposentado possuía dependentes, como filhos, netos e outros. Em caso positivo, foi indagado quantos dependentes (número) tinha, já que tal condição afetou sua segurança financeira.

Condições habitacionais, operacionalizadas por:

- Local da residência – bairro residencial, centro, periferia (urbano ou rural);
- Condição de ocupação – imóvel próprio, alugado ou cedido;
- Infra-estrutura domiciliar – número de pessoas que residem, número de cômodos; e

- Saneamento básico – forma de recebimento e armazenagem da água, destino dos dejetos humanos e forma de coleta de lixo.

Emprego – Foi perguntado se realiza alguma atividade laboral, mesmo que seja considerada eventual, e qual é a principal (citar); quanto recebe pela mesma (em reais) e qual é o destino dessa renda.

Amizade – o componente de vida relativo à amizade diz respeito às relações sociais dos aposentados e dos seus grupos de amigos, tendo sido dimensionada pelo nível de sociabilidade, por meio das seguintes questões: se tem amigos (sim;não); frequência com que costuma reunir com grupos de vizinhança, ou amigos (n^o de vezes na semana); se está inserido em algum programa social na comunidade ou cidade (sim;não); e se realiza algum tipo de trabalho voluntário (sim;não).

3.4.6. Variáveis relativas aos aspectos subjetivos da qualidade de vida

Estas variáveis foram operacionalizadas, por meio de perguntas objetivas aos aposentados, sobre as percepções que eles têm em relação à velhice, em relação à sua situação como aposentado, considerando-se, ainda, as vantagens e desvantagens da aposentadoria.

3.5. Procedimentos de coleta e análise dos dados

Dada a natureza exploratória e de diagnóstico da pesquisa, a coleta dos dados procedeu-se da seguinte forma: foi enviada uma carta à direção das nove escolas estaduais de Cataguases, solicitando a lista dos aposentados de cada escola e o respectivo endereço, para que fosse possível entrar em contato com os mesmos. Em seguida, foram aplicados os questionários para a coleta de dados, no período de outubro de 2001 a janeiro de 2002.

O questionário constava de perguntas objetivas e subjetivas, no sentido de abranger todos os aspectos da qualidade de vida, bem como a percepção que os indivíduos tinham a respeito de 'ser idoso' e da sua condição de aposentado. Utilizou-se, também de um caderno de campo, onde eram feitas, discretamente, as anotações consideradas relevantes, que representavam depoimentos ou pontos de vista sobre determinados tópicos não-específicos no questionário.

O procedimento estatístico, adotado para a análise dos dados, foi a frequência simples e, posteriormente, os resultados foram discutidos e com base na literatura especializada sobre o assunto. Além disso, procurou-se fazer uma leitura dos conteúdos quantitativos das respectivas tabelas e gráficos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Baseando-se nos objetivos propostos, procurou-se discutir os resultados, em função dos dados e das observações e anotações da pesquisadora.

4.1. Perfil socioeconômico dos aposentados

Dos 100 aposentados entrevistados, 80,00% eram docentes dos níveis fundamental e médio e 20,00% eram funcionários do nível de apoio (Figura 1B), sendo que a maioria eram mulheres, (91,00%) conforme apresentado na Figura 1.

Acredita-se que o alto percentual feminino ocorreu em virtude de uma incidência maior de mulheres na carreira do magistério. Este resultado corrobora com aquele obtido por COSTA (1995), que analisou a questão do gênero no trabalho docente, ressaltando que a feminização do magistério constitui um fenômeno histórico e internacional, pois, foi um dos primeiros campos profissionais que se abriu para as mulheres sob o olhar aprovador da sociedade.

Contrariamente ao estudo, realizado por GARCIA (1999) sobre a auto-imagem na aposentadoria, em que a maioria da amostra era composta por homens (70,2%), levando a autora afirmar:

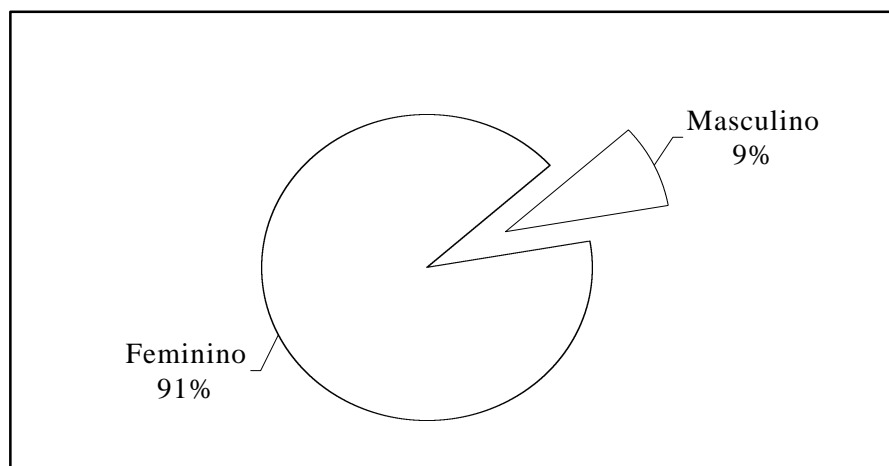


Figura 1 – Perfil dos aposentados em relação ao sexo, em Cataguases, MG, 2001.

“ (...) cremos que se outra pesquisa for realizada daqui a algum tempo, os resultados quanto ao percentual de aposentados por sexo não será tão discrepante quanto hoje.”

Quanto ao estado civil dos aposentados, observou-se que mais da metade encontra-se casada (65,00%), enquanto os solteiros e viúvos apresentaram igual proporção (15,00%), conforme apresentado na Figura 2.

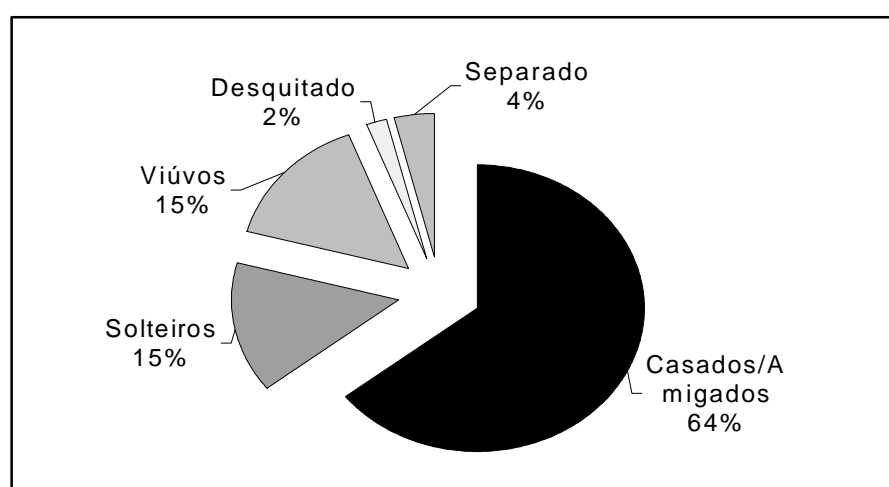


Figura 2 – Estado civil dos aposentados, em Cataguases, MG, 2002.

De acordo com IBGE, na pesquisa sobre Padrões de Vida (1997), a região Sudeste apresenta maior proporção de pessoas casadas e, em contrapartida, são mais baixas as proporções de solteiros e viúvos.

Quanto à escolaridade, na Figura 3 observa-se que a maior parte dos docentes possui nível superior com pós-graduação (62,00%), enquanto que os servidores de apoio, em torno de 12,00%, não completaram o ensino fundamental (Figura 1B).

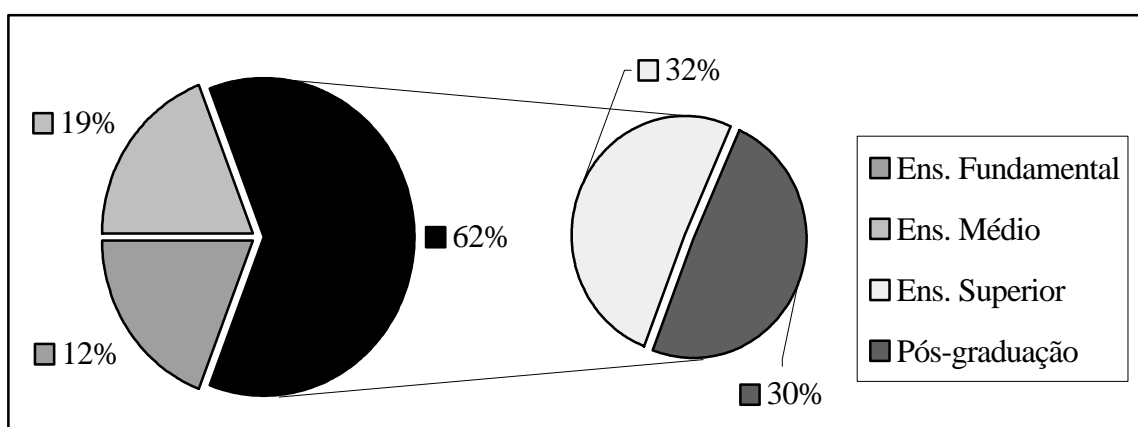


Figura 3 – Grau de escolaridade dos aposentados em Cataguases, MG, 2001.

Acredita-se que o grau de escolaridade dos docentes é influenciado pelas exigências do sistema educacional, para exercer a profissão no ensino fundamental e médio.

Em relação à faixa etária dos servidores que se aposentaram, na Figura 4 observa-se que 50,00% aposentaram-se, quando tinham entre 45 a 54 anos. Acredita-se que essas pessoas aposentaram-se após atingirem o tempo de serviço (limite de 25 anos para o cargo de regência). Constatou-se em um dado interessante, isto é, 17,00% dos que se aposentaram tinham entre a 55 a 59 anos (Figura 1B).

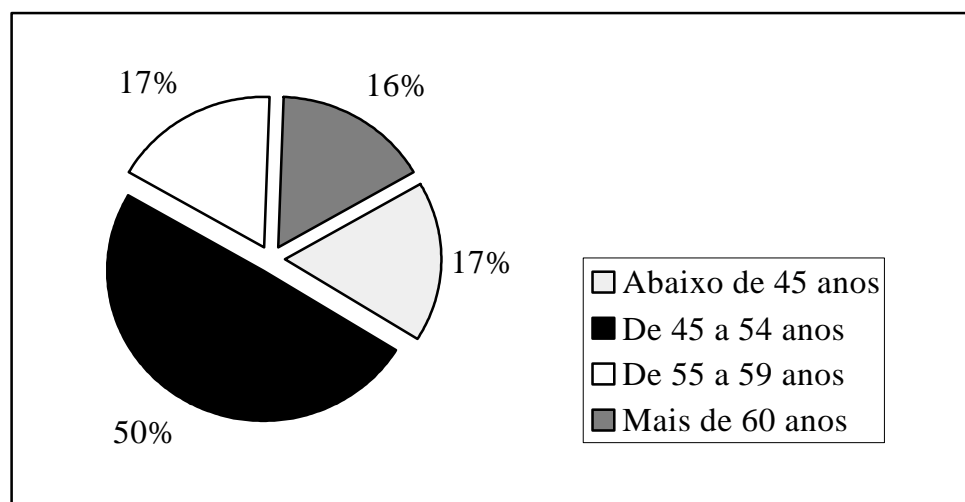


Figura 4 – Idade com que se aposentaram os servidores públicos de Cataguases, MG, 2001.

Possivelmente, este resultado refere-se aos funcionários do nível de apoio, quando o tempo-limite de serviço era de 30 anos. Os outros 17,00%, que se aposentaram antes de 45 anos de idade, devem pertencer ao grupo de indivíduos que já atingiram o tempo de serviço, ou se aposentaram por motivo de doença, contribuindo, assim, para aposentadoria precoce. Sabe-se que a aposentadoria precoce é um fenômeno cada vez mais comum na atualidade, fato este que muitos cientistas sociais atribuem à elevação do nível de vida, do nível cultural e de saúde; uma vez que a idade média dos aposentados, no ano em que esta pesquisa foi realizada (2001), era de 56 anos.

Neste aspecto, SILVA (1992) e STEPHANES (1998) fazem a seguinte inferência: ao adquirir o direito perante a previdência social, a decisão de sair, ou de postergar a data do desligamento, é uma questão pessoal e um direito inalienável. No entanto, no Brasil, é muito comum encontrar mulheres e homens aposentando-se ainda na faixa de quarenta a cinquenta anos, isto é, exatamente quando adquirem as melhores condições de conhecimento e sabedoria.

Quanto as condições econômicas dos aposentados, como apresentado na Figura 5, a renda recebida era superior a 10 salários mínimos. O percentual de 36,25%, referente a esta faixa, é justificado em função do valor proveniente da aposentadoria dessa categoria, cuja maioria recebe acima de 7 SM, além dos rendimentos do cônjuge, ou outras fontes rentáveis. Por outro lado, conforme apresentado na Tabela 7C, 2,50% recebiam uma renda líquida na faixa de 3,1 a 4,0 SM e de 5,1 a 6,0 SM. Acredita-se que estes valores correspondem ao provimentos da aposentadoria, complementados com os ganhos do trabalho formal ou informal, ou de outros rendimentos ou aplicações.

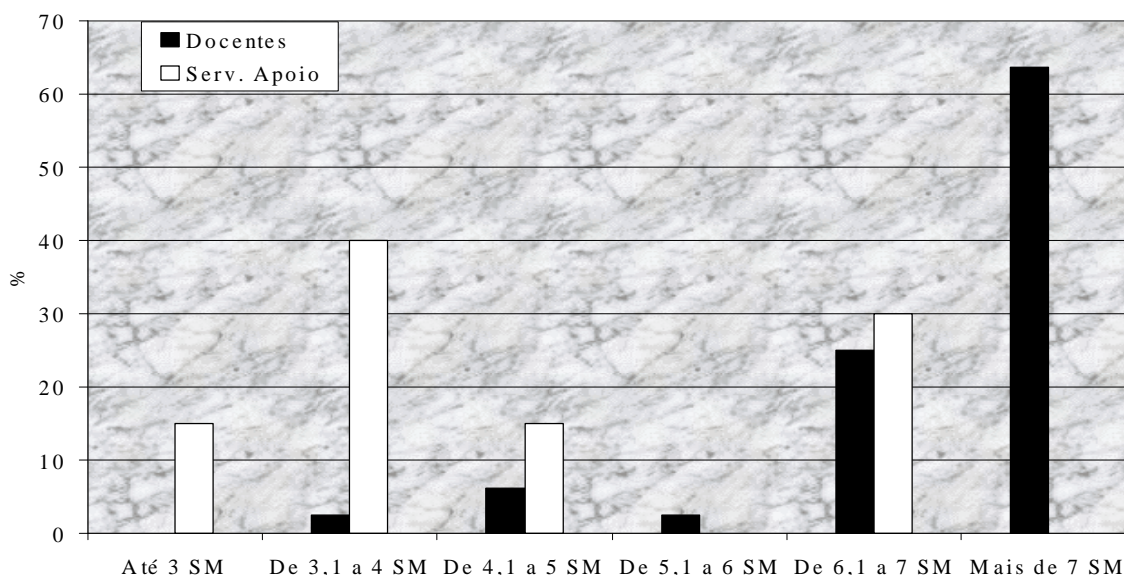


Figura 5 – Renda líquida dos servidores aposentados, Cataguases, MG, 2001.

Observou-se que 40,00% dos servidores de apoio tinham renda líquida familiar na faixa de 3,1 a 4,0 SM, que, provavelmente, representam os rendimentos provenientes de pensões, uma vez que 50,00% dessa categoria recebia este benefício. Observou-se, também, que 15,00% desta categoria possuía renda líquida entre 2,0 e 3,0 SM, que poderia ser proveniente apenas da aposentadoria. Outros 15,00% recebiam entre 4,0 e 5,0 SM, provenientes de

benefícios, como pensões ou Previdência Privada, conforme apresentado na Tabela 7C.

A renda é um indicador importante para medir o potencial das famílias e as condições de vida e de bem-estar de um determinado grupo, em um dado momento. No entanto, é também um indicador bastante afetado pelas flutuações da economia do país e pelas etapas do ciclo de vida do próprio indivíduo ou família.

4.2. Satisfação dos servidores aposentados

Considerando que os docentes e os funcionários de apoio integram o quadro de segurados do IPSEMG, considerou-se conveniente mensurar, por meio de uma escala de 1 a 5, o grau de satisfação desses aposentados quanto aos benefícios e serviços recebidos, em relação ao valor da aposentadoria, bem como o auxílio-doença (assistência médica e farmacêutica).

Na Figura 6, observa-se que quase a metade dos aposentados demonstrou estar insatisfeita com o valor da aposentadoria, o que é devido, provavelmente, aos baixos salários pagos pelo INSS, à defasagem dos salários em relação à inflação e aos descontos mensais nos contracheques. Um percentual significativo de aposentados sentiam-se satisfeitos com o valor da aposentadoria (22,00%), como se pode observar nos dados apresentados nas Tabelas 1C e 2C.

Acredita-se que esses indivíduos aposentaram-se nos cargos de maior remuneração (diretor, supervisor, orientador educacional), com proventos integrais. Quanto à satisfação com respeito ao auxílio-doença, a resposta predominante foi a de indiferença (48,00%), fato este devido, possivelmente, a possuírem planos de saúde privados, ou por serem dependentes do cônjuge, não precisando, portanto, utilizar este benefício. Alguns entrevistados consideraram o atendimento assistencial muito burocrático e os produtos farmacêuticos disponíveis como não sendo de boa qualidade. Outros 25,00% estavam satisfeitos com o benefício, uma vez que, quando precisaram utilizá-lo, foram prontamente atendidos (Tabelas 1C e 2C).

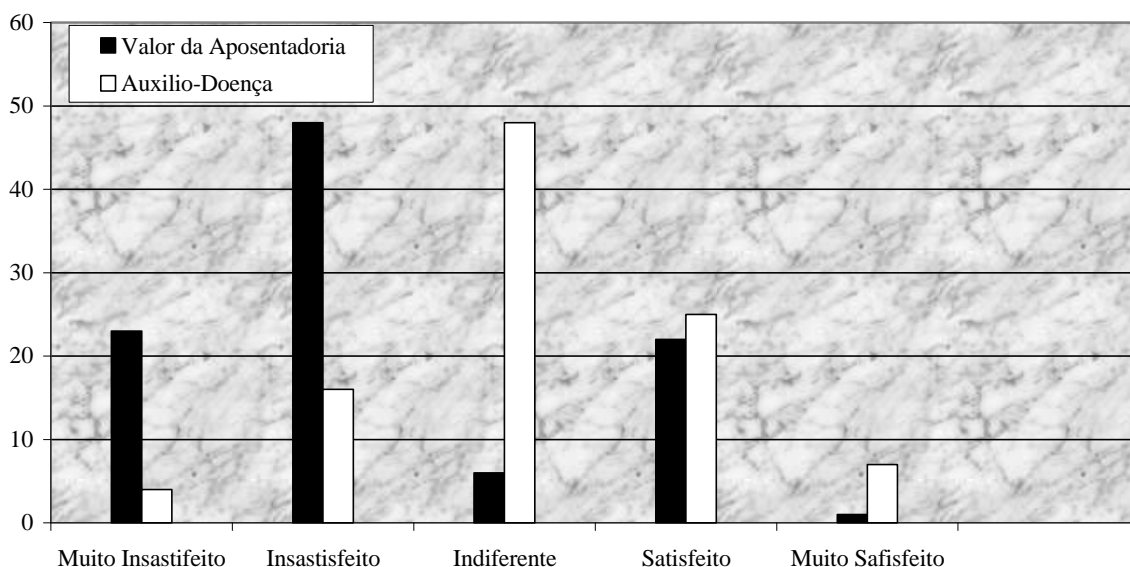


Figura 6 – Grau de satisfação do aposentado com os benefícios recebidos, Cataguases, MG, 2001.

Conforme as normas do estatuto do IPSEMG quanto ao custeio de Serviços de Assistência, o segurado que utilizar, para si ou dependente, a assistência médica ou odontológica prestada diretamente pelo IPSEMG, por profissionais ou clínicas credenciadas, participará do custeio do serviço que lhes for prestado, ou do produto, material ou medicamentos que lhes sejam fornecidos.

A contribuição previdenciária do segurado corresponde a 8,00% do respectivo pagamento de contribuição, alcançando o limite de 20 vezes o vencimento mínimo estadual (ESTATUTO DO IPSEMG, 2000).

4.3. Fatores que influenciaram na decisão de se aposentar

Mais de 80,00% dos aposentados foram influenciados no sentido de se aposentar pelo tempo de serviço (Figura 7), enquanto os demais fatores como a idade, doença e outros foram relativamente insignificantes (Tabelas 1C e 2C).

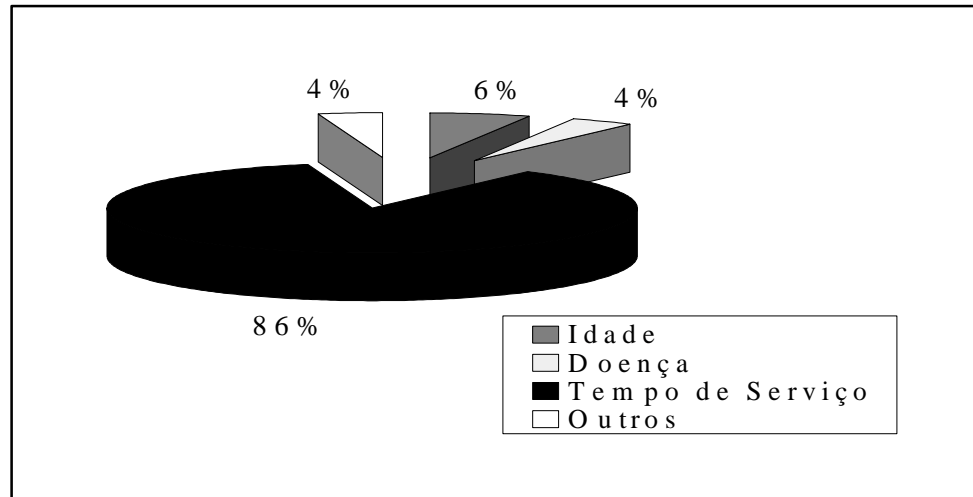


Figura 7 – Aspectos relevantes que influenciaram na decisão de se aposentar, Cataguases, MG, 2001.

A modalidade de aposentadoria por tempo de serviço é ainda pouco praticada em nível mundial. Apenas o Brasil e a Finlândia adotam este modelo, sendo que, no caso brasileiro, esta categoria tem crescido (SILVA, 1992; GARCIA, 1993).

De acordo com FRANÇA (1999), outro fator que pode influenciar a decisão de se aposentar é que, em alguns casos, ela coincide com o início da vida universitária dos filhos. Assim, muitos pais ficam com o receio de se aposentar, porque a aposentadoria diminuiria sua receita, afetando o apoio financeiro que poderiam prestar aos filhos.

4.4. Realidade dos aposentados em relação às atividades de trabalho e de lazer

Para FRANÇA (1999), ser jovem ou velho para o trabalho não diz respeito apenas a uma avaliação da capacidade física, mental ou psicológica para o trabalho, mas depende dos contextos demográfico, histórico, sociocultural,

econômico e político, nos quais o trabalhador está inserido. Em qualquer situação, o significado do trabalho para quem vai se aposentar deve ser analisado.

Quanto à atividade de trabalho, conforme apresentado na Figura 8, mais da metade (58,75%) dos docentes e cerca de 80,00% dos funcionários de apoio aposentados não optaram por continuar trabalhando após a aposentadoria..

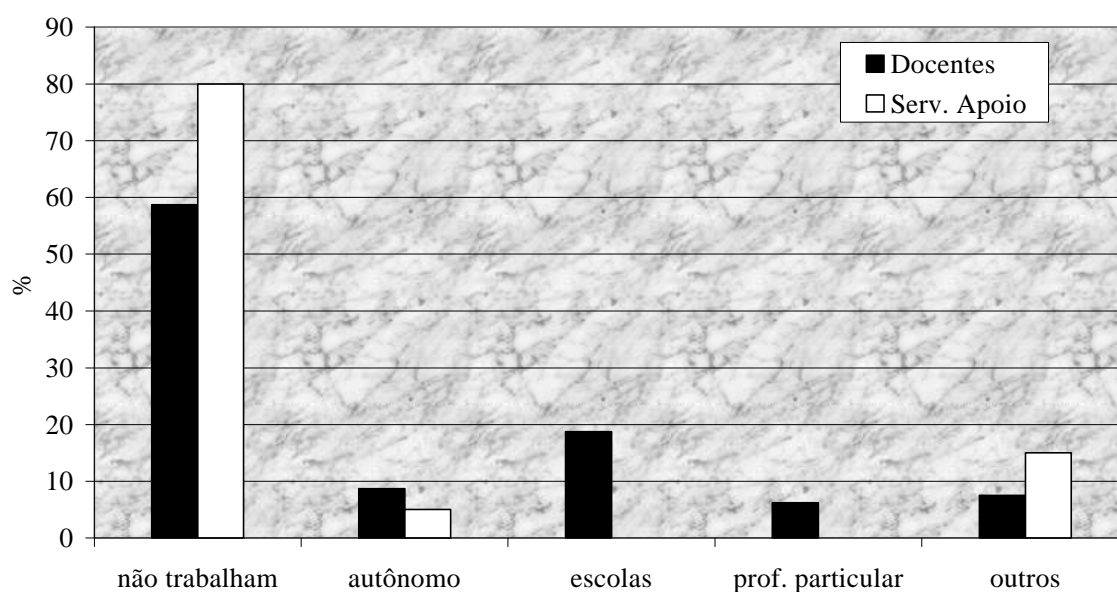


Figura 8 – Atividades de trabalho exercidas pelos servidores após a aposentadoria, Cataguases, MG, 2001.

Dentre os motivos que levaram esses grupos a optar por não exercer nenhuma atividade laboral, estão: preferência por dedicar mais tempo à família e ao lar; desejo de desfrutar do ‘merecido descanso’; preferência por dedicar-se às atividades de lazer, uma vez que antes não dispunham de tempo para realizá-las; situação econômica estabilizada; e cuidados com doentes da família. Contudo, outros motivos foram apresentados, tais como a falta de oportunidade para os aposentados, falta de vagas, uma vez que “*não se valoriza a nossa experiência*”. Observou-se, ainda, que estes eram os motivos que mais influenciaram a opinião dos homens, quanto ao retorno ao mercado de trabalho.

Dentre os aposentados que ainda trabalham, 18,75% dos docentes ainda exercem atividades em escolas, como professores, orientadores educacionais, supervisores; em menor percentual estão os servidores de apoio (10,00%), que trabalham como autônomos (vendedoras de produtos e cosméticos, roupas, etc) e em outras atividades consideradas ‘bicos’, como vigia noturno, doméstica, diarista, dentre outros (Tabela 3C).

Os motivos relatados pelos aposentados, que ainda trabalham, são: para complementar a renda, pois, o salário do aposentado não garante uma vida tranqüila e segura; para sentir-se produtivos e porque tinham prazer em realizar o trabalho. Acredita-se que esses profissionais, que trabalharam por muitos anos em escolas, valorizam, e ainda possuem, um vínculo social e afetivo com o ambiente escolar, além da dedicação à profissão, o que justifica a resposta dos entrevistados ao referirem-se ao prazer que em ao trabalhar na mesma atividade.

KASTENBAUM (1981) comenta que as realizações de uma pessoa e sua posição social relacionada à profissão constituem fatores importantes de nosso modo de julgar a nós próprios e aos outros. (...) Muitos dos aposentados continuam a ser ativos em campos relacionados com seus interesses; outros cultivam novos interesses, ou voltam a se dedicar a atividades para as quais não encontravam tempo antes. STEPHANES (1998) atenta para o fato que, muitas vezes, o professor aposenta com pouco mais de 40 anos de idade, período este em que sua produtividade atinge o máximo. Por isso, é comum o reingresso desses profissionais no mercado de trabalho, às vezes no mesmo lugar, comprovando que eles estão em plena posse de sua capacidade laborativa.

Em relação às atividades de lazer, Figura 9 mostra que elas assumem um caráter diferencial entre as categorias, por determinada atividade de lazer em detrimento de outras. Provavelmente, tal resultado tenha sido registrado por afinidade, interesse ou preferência, não desconsiderando os aspectos socioeconômicos do lazer. As atividades praticadas e, portanto, consideradas mais prazerosas, relatadas pelos docentes foram: prática de esportes, categorizada no presente estudo como caminhada, hidroginástica, natação, vôlei e academia e praticada por 58,75%, dos aposentados, o que representa um fator positivo, pois

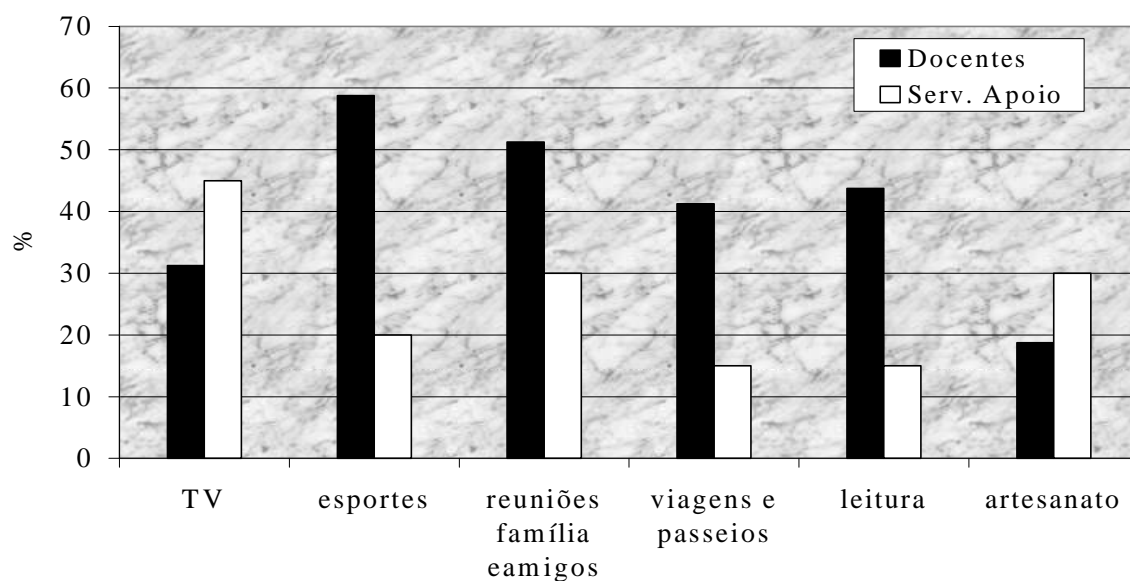


Figura 9 – Atividades de lazer exercidas pelos servidores aposentados, Cataguases, MG, 2001.

significa que há preocupação com a prática de exercícios físicos e com a manutenção da saúde e o bem-estar físico e psicológico. O hábito da leitura foi outra atividade praticada por 43,75% dos entrevistados. Acredita-se que este hábito reflete os anos dedicados ao trabalho como professores. Reuniões com amigos e familiares (46,25%) e viagens e passeios (41,25%) foram citados por esta categoria, o que também pode estar afetando, favoravelmente o bem-estar dos mesmos, uma vez que estas práticas favorecem a sociabilidade, as relações de amizade, e os laços de família. Outras atividades, em menor percentual, referem-se a assistir a TV, dançar, ouvir música, jardinagem, jogos, etc (Tabela 3C).

A prática individual e coletiva de atividades é fundamental, pois tem como objetivo melhorar a qualidade de vida. As atividades que possuem um caráter multidimensional, em relação a questões de saúde, ocupação e lazer, contribuem para melhorar a saúde, permitindo um modo de vida independente e determinando o aumento da capacidade funcional (CALDAS, 1999; BARBOSA, 1999).

Quanto aos funcionários de apoio, dentre as atividades de lazer praticadas, foram citadas: assistir TV (45,00%); artesanato, como bordado, tricô, crochê e pintura (30,00%), que, para este grupo, funciona como terapia mental, além de ser uma forma de obter renda extra. As reuniões com amigos e familiares, viagens e passeios (25,00% e 35,00%, respectivamente) também foram priorizadas, demonstrando o valor que as pessoas atribuem ao fato de estar com a família e amigos.

Ao perguntar se tais atividades e o tempo dedicado às mesmas eram suficientes, verificou-se que 76,00% acreditam que sim; o restante considera que as atividades de lazer, por eles praticadas, são insuficientes e que gostariam de poder ter mais atividades de lazer, com maior frequência como por exemplo, ir ao teatro, dançar, encontrar amigos, além de fazer cursos e realizar viagens e passeios.

Sobre o tempo despendido em prazer e recreação, KASTENBAUM (1981) afirma que há indícios de que tais atividades são menos acompanhadas por sentimentos de culpa do que anteriormente. (...) *é provável que os adultos de meia-idade passem a exigir mais oportunidades para desfrutar das atividades recreativas.* E, DAUMAZEDIER (1976) acrescenta: *para uns, o lazer reduz-se a um fenômeno complementar ou compensatório do trabalho desumano; para outros o lazer é determinado e age sobre o próprio trabalho* (p.93).

4.5. Aspectos objetivos da qualidade de vida dos aposentados

Avaliar a qualidade de vida na idade madura implica na adoção de múltiplos critérios de natureza biológica, psicológica e socioestrutural. Há evidências científicas, salienta NERI (1999), quanto à relação entre a adaptação à aposentadoria e variáveis, tais como: importância do trabalho e do papel ocupacional, status conjugal, atitude em relação ao afastamento, presença de filhos ou dependentes, renda, atividades sociais, alterações nos contatos com amigos, saúde e status socioeconômico.

“ Afinal, qual é a condição de vida desse grupo de aposentados”?

A qualidade de vida e o bem-estar dos aposentados podem ser avaliadas pelas variáveis descritas abaixo.

4.5.1. Educação

Conforme descrito na Figura 1 e Figura 1B, em relação ao grau de escolaridade, 31,00% dos docentes têm curso de pós-graduação, enquanto 12,00% dos funcionários de apoio não completaram o ensino fundamental.

4.5.2. Saúde

Em relação a saúde, conforme mostra a Figura 10, foi perguntado, aos aposentados, se haviam feito algum tipo de tratamento no ano de 2001. Um percentual significativo, isto é, 40,00% e 45,00% de docentes e funcionários de apoio, respectivamente, alegaram não ter-se submetido a nenhum tipo de tratamento.

Acredita-se que este percentual decorre de um maior cuidado com a saúde, e adoção de medidas preventivas, ou seja, uma alimentação saudável associada à prática de exercícios físicos.

Os tipos de doenças foram classificados, conforme os critérios estabelecidos pela Classificação Internacional de Doenças – CID 10. Desta forma, entre os docentes, os que fizeram algum tipo de tratamento, 16,25% estão relacionados a doenças endócrinas, como tireóide, reposição hormonal e diabetes, enquanto 10,00% estão relacionados a exames de rotina e 8,75% a doenças osteomusculares que incluem a osteoporose, bursite, artrite, e outras). Foi detectado um caso de neoplasia (câncer) que, segundo a entrevistada, não evoluiu em virtude do tratamento contínuo a que vinha se submetendo. Quanto ao custeio do tratamento, nota-se que os que fizeram algum tipo de tratamento recorreram à assistência médica do IPSEMG (28,75) e aos planos de saúde (27,50%).

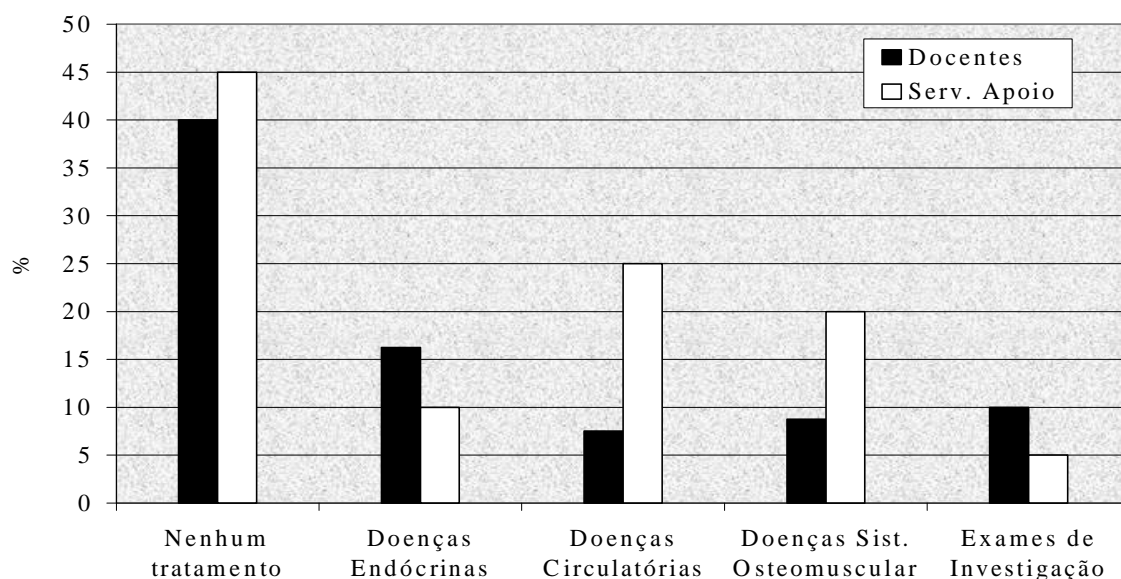


Figura 10 – Tratamento de saúde a que submeteram os servidores aposentados, Cataguases, MG, 2001.

Quanto ao tratamento de alguma doença, no caso da categoria de funcionários de apoio, detectou-se que 25,00% dos tratamentos referem-se ligados a doenças do aparelho circulatório (hipertensão arterial e trombose). Mais de 20,00% declararam ter feito tratamento de osteoporose, artrite, bursite, e outras. Talvez, a incidência de certas doenças esteja relacionada ao tipo de atividade física que os entrevistados desempenhavam nas escolas. Quanto ao custo do tratamento, 30,00% recorrem aos benefícios do IPSEMG, 10,00% a planos de saúde e 10,00% ao SUS, significando que a maior procura pela assistência do IPSEMG ocorre devido ao direito assegurado de uso deste e ao fato de ser o desconto menor do que o prêmio pago por um plano de saúde.

Relativamente à saúde dos aposentados que se submeteram a algum tipo de tratamento, foi perguntado se a doença influenciou a decisão em continuar trabalhando, ou reingressar no mercado de trabalho. Ambas as categorias negaram esta influência, alegando que não se interessavam mais por continuar trabalhando, enquanto outros responderam que o tratamento não comprometia as atividades físicas que realizavam. Para algumas pessoas, a saúde influenciou a volta ao mercado de trabalho, já que as mesmas apresentavam alguma deficiência

que as impedia de desenvolver qualquer tipo de atividade, tais como, problemas de locomoção e nas cordas vocais.

Em geral, no momento da pesquisa, esse grupo encontrava-se em condições satisfatórias de saúde o que, provavelmente, decorreu de trabalho preventivo, cuidados com a alimentação e prática de exercícios físicos, bem como ao fato de, no caso de doença, o tratamento não acarretou problemas que os impedissem de realizar atividades rotineiras. Poucos foram os casos em que a doença teve conseqüências mais sérias, comprometendo de alguma forma, o bem-estar físico dos entrevistados. A adesão obrigatória dos servidores públicos estaduais ao IPSEMG assegura a assistência médica e farmacêutica. Segundo alguns entrevistados, apesar da burocracia, este é um benefício com que o segurado pode contar (Tabela 4C).

Quando se trata da promoção da qualidade de vida, é importante a adoção de medidas conscientes e a prática de atitudes de prevenção, mudanças de hábitos e novos padrões de comportamento a fim de garantir uma vida saudável. Ressalta-se, ainda, que o autocuidado é, na verdade, o ponto de partida para um amplo programa de melhoria da qualidade de vida com vistas à ampliação de novos horizontes na maturidade (CALDAS, 1999).

4.5.3. Serviços comunitários

Quanto à utilidade e acesso aos serviços comunitários básicos, em termos qualitativos, os entrevistados manifestaram satisfação, uma vez que suas necessidades têm sido atendidas, o que se reflete, satisfatoriamente, na qualidade de vida dessa população quanto aos serviços comunitários. Em relação às condições de infra-estrutura e saneamento da cidade e, quantitativamente, aos serviços comunitários utilitários, o município de Cataguases apresenta a seguinte situação: 01 Companhia de Saneamento (COPASA); 01 Sede Concessionária de Energia Elétrica; 16 postos de saúde com atendimento médico e odontológico, diariamente; 03 hospitais, 03 pronto-socorros; 27 farmácias; 08 agências bancárias, 209 telefones públicos, agências de correio e polícia militar (PERFIL ESTATÍSTICO, 1999 e Apêndice A).

Dados do IBGE (2000) sobre as características da população e dos domicílios, segundo os municípios, validam a opinião dos aposentados, pois, quanto aos serviços básicos de abastecimento de água, saneamento básico e destino do lixo urbano, 93,69% da população conta com rede geral de abastecimento de água. Quanto às formas de saneamento, 86,61% dos dejetos dos 99,7% dos domicílios atendidos com saneamento básico são captados pela rede geral. Em 92,80% dos domicílios, o lixo urbano é coletado, sendo que a coleta feita diariamente, em turnos determinados por bairro.

4.5.4. Ambiente familiar

As relações interfamiliares dos aposentados em estudo, conforme pode ser visualizado pela Figura 11, 12 mostra que a maioria, 92,50% e 85,00% de ambas categorias, residem com a família. O relacionamento intrafamiliar foi considerado ótimo por 81,25% e 60,00% dos docentes e funcionários de apoio, respectivamente. Tal resultado confirmou-se, ao relatarem que dentre suas atividades mais prazerosas está a reunião com amigos e família, demonstrando a valorização do fortalecimento dos laços familiares.

A participação dos aposentados nas decisões tomadas na família revelou um percentual significativo, 93,75% e 85,00% de ambas categorias, participando ativamente em qualquer decisão tomada na família. Quanto aos afazeres domésticos, 88,75% dos docentes e 85,00% dos funcionários de apoio disseram realizar essas tarefas, que compreendem cozinhar, arrumar casa, lavar, passar e fazer compras em supermercado e sacolão. Dentre aqueles que não costumam realizar tais tarefas 11,25% e 10,00%, respectivamente, alegaram que não o fazem por motivos de saúde. Aqueles que trabalham fora não dispõem de tempo e, portanto, contam com a ajuda de uma empregada. Quanto aos homens, notou-se que “ajudam” em pequenas tarefas, como limpar quintal, fazer compras de supermercado, preparar lanches, lavar louças na folga da empregada e alguns confessaram não realizar tarefa doméstica nenhuma (Tabela 5C).

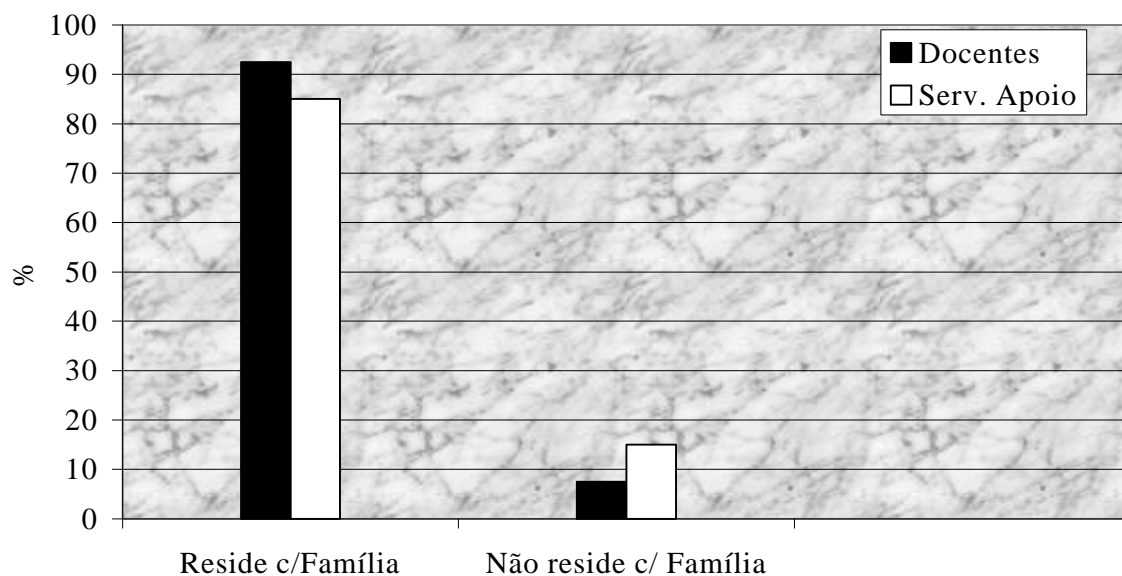


Figura 11 – Relacionamento intrafamiliar dos servidores aposentados, Cataguases, MG, 2001.

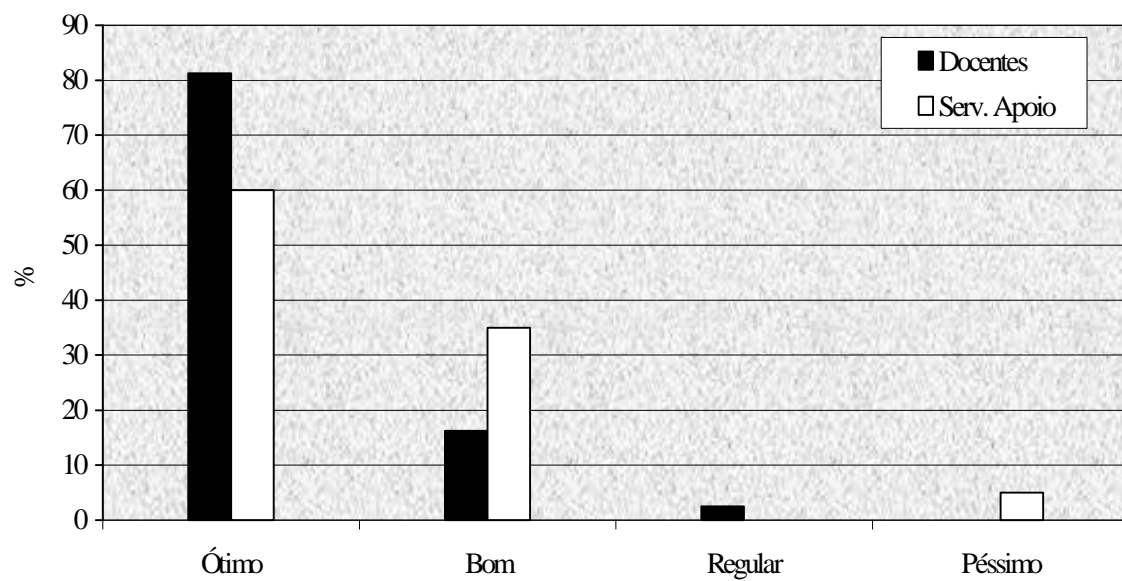


Figura 12 – Relacionamento familiar dos servidores aposentados, Cataguases, MG, 2001.

O ambiente familiar é o local onde ocorrem as trocas mais significativas para o ser humano, tanto a nível econômico, por meio da administração dos recursos, como social, emocional e afetivo. VALLE (1998) no artigo publicado na revista '*A Terceira Idade*', ressalta a importância da variável família e dos grupos primários, ao considerar que a família possui uma dimensão essencialmente humana e, portanto, fundamental para o equilíbrio psicoemocional, psicossocial e global das pessoas.

4.5.5. Previdência social

Ao analisar o valor dos benefícios pagos pelo INSS aos servidores públicos estaduais, conforme disposto na Figura 13, nota-se que o valor do benefício, medido em salário-mínimo (SM), apresenta variações discrepantes em relação às categorias. Enquanto 30,00% dos docentes recebiam mais de 10,0 SM, o valor recebido pelos funcionários de apoio, cuja maioria (70,00%) recebia salário, era entre 1,0 a 2,0 SM. Acredita-se que o maior valor seja resultado da titulação dos docentes, uma vez que a maioria possui pós-graduação, com acúmulo de benefícios (quinqüênios) e, provavelmente, pelo fato desses indivíduos se aposentarem em cargos de maior remuneração. É preciso considerar, também, o fato de alguns professores se aposentarem em dois cargos. No caso dos funcionários, que recebiam menor remuneração, esta pode ser atribuída ao baixo grau de escolaridade, já que a maioria não havia completado o ensino fundamental.

Outro aspecto a ser considerado, apesar do pequeno número (5,00%), refere-se aos professores que recebem de 1,0 a 2,0 SM. Isto se deve à titulação, resultante do nível de escolaridade (ensino médio completo). Quanto aos funcionários, que recebiam salários mais altos, deve-se considerar o tempo de serviço e a acumulação de benefícios.

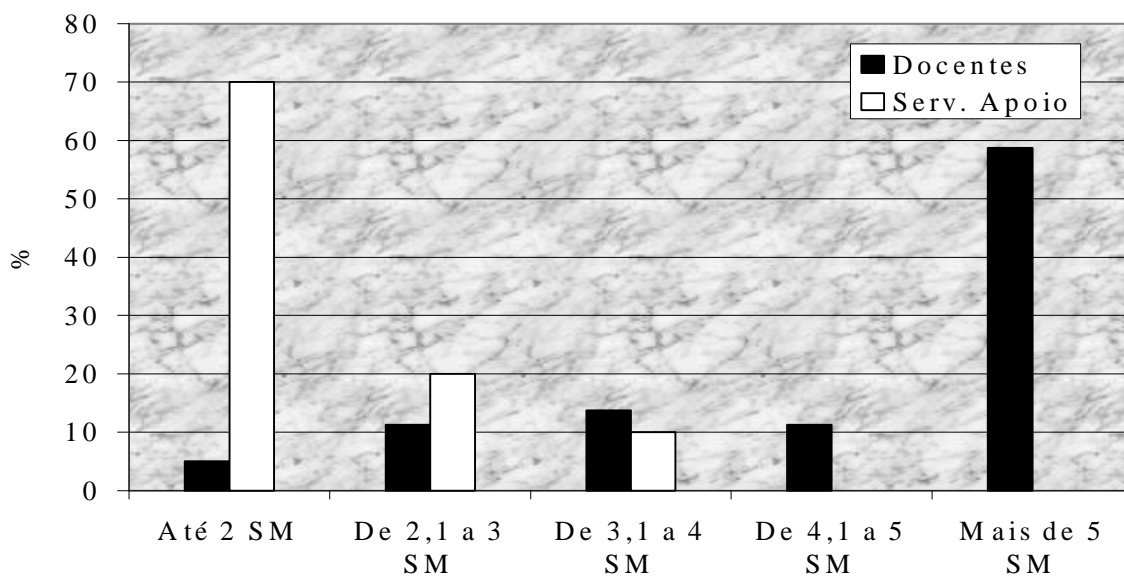


Figura 13 – Valor da aposentadoria recebidos pelos servidores públicos, Cataguases, MG, 2001.

Quanto ao recebimento de outros benefícios, além da aposentadoria, (Tabela 6C), 90,00% dos docentes disseram não receber nenhum benefício, enquanto 10,00% recebiam pensão, em função do falecimento do cônjuge ou de filhos. Entre os funcionários de apoio, 40,00% alegaram não receber outros benefícios, enquanto 50,00% recebiam pensão, provavelmente do cônjuge ou de filhos já falecidos.

Segundo a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento – CNPD (1999), o principal objetivo da proposta de emenda constitucional, adotada pelo governo, é a promoção da justiça social, com eliminação dos privilégios e distorções existentes no sistema previdenciário brasileiro. Com essas propostas, o governo procura garantir os direitos dos aposentados e dos que estão para se aposentar.

Na verdade, o que ocorre em muitos estados, municípios e nas universidades federais, a folha de pagamento dos professores inativos tem um impacto tão significativo que impede a contratação de novos professores, bem como o aumento do valor de seus salários (STEPHANES, 1998).

4.5.6. Segurança financeira

A segurança financeira dos aposentados pode ser explicada em função da renda recebida (Figura 1), pela posse de bens e as despesa dos pesquisados (Tabela 6C).

Em geral, a posse de bens representa um indicador relevante na qualidade de vida das pessoas, uma vez que representa os esforços advindos de anos de trabalho, economias de uma vida inteira, além de ser uma segurança financeira.

Especificamente, no caso dos aposentados, verificou-se (Tabela 8C) que, o mais significativo, para ambas categorias, (80,00% e 65,00%, respectivamente) foi a posse da casa própria, demonstrando que a aquisição da casa própria, para fins de moradia do próprio sujeito, ou para obtenção de rendimentos (aluguel), pode ser considerada um indicador de segurança financeira para essas pessoas. A posse de outros ativos, como apartamento, sítio e poupança, foi verificada, com maior frequência, entre os docentes, pelo fato de possuírem maior renda.

Uma outra dimensão da qualidade de vida, que se reflete sobretudo na moradia e, conseqüentemente, no bem-estar e no conforto da família, é a posse de equipamentos eletrodomésticos e eletrônicos que, além de promoverem o conforto da família, auxiliam no desempenho das tarefas cotidianas, facilitam a locomoção e comunicação, propiciam lazer e informação. A posse de equipamentos foi analisada de forma decrescente, em função dos percentuais obtidos, pois, acredita-se que, na aquisição dos mesmos, alguns bens foram priorizados em função dos interesses, das necessidades de conforto, status, lazer e, principalmente, do poder aquisitivo da família (Tabela 9C).

Nota-se que os equipamentos considerados essenciais como TV, telefone e geladeira estão presentes em 100% dos domicílios. A máquina de lavar, o vídeocassete, o aparelho de som e antena parabólica estão presentes na maioria dos domicílios. Outros, entretanto, como carro, moto, computador, DVD, telefone celular e máquina de secar apareceram em maior evidência nos domicílios de professores, o que é compatível com os rendimentos líquidos deste grupo, satisfação e status. No entanto, não se pode afirmar que a menor incidência pela posse de determinados bens, entre os funcionários de apoio,

indica menor qualidade de vida, pois, assim, se estaria admitindo que os aspectos da qualidade de vida devem ser mensurados, sob a ótica determinada pelos aspectos econômicos, o que não é verdade. Associados a esses, estão os interesses, as necessidades, as satisfações, os desejos e aspirações que transcendem o aspecto econômico.

As despesas permitem uma avaliação, no longo prazo, das condições de vida das famílias, pois, refletem o domínio que os indivíduos têm sobre sua renda e a incapacidade de poupar em períodos de baixos rendimentos. O conjunto de gastos com alimentação, saúde, habitação, vestuário, transporte e educação corresponde às despesas mensais dos aposentados. Na avaliação dessas despesas e sua relação com a renda, perguntou-se aos entrevistados, quais dessas despesas eram de responsabilidade dos mesmos.

Inicialmente, ambas categorias alegaram que as despesas da família são divididas entre os cônjuges, ou entre os membros do domicílio que trabalham. Portanto, os percentuais encontrados referem-se à maior participação da renda dos aposentados nestes gastos.

Quanto às despesas de alimentação (Tabela 10C), observa-se maior participação da renda dos aposentados nos gastos com supermercado, (72,50% e 85,00%), o que pode ser explicado pelo fato de o consumo de alimentos representar a maior despesa das famílias.

Quanto aos gastos com a saúde, o percentual de aposentados que se responsabilizam pelo pagamento de remédios e medicamentos é de 68,75% e 20,00%, o que pode ser devido ao aumento nos preços dos remédios e também por acreditar-se que alguns aposentados fazem uso freqüente de certos medicamentos. Os gastos com planos de saúde contam com a participação de 46,25% da renda dos docentes e 5,00% da renda dos servidores de apoio, fato este comprovado pela maior procura pelos serviços médicos prestados pelo IPSEMG aos seus segurados.

Na habitação, a participação dos aposentados de ambas categorias é destinada às despesas com água (71,25% e 75%), luz (70,00% e 85,00%) e telefone (70,00% e 80,00%), enquanto um menor percentual, (5,00% e 10,00%)

se responsabilizam pelo pagamento de aluguel, o que se justifica em razão de grande parte possuir casa própria.

As despesas com vestuário, ou seja, os gastos com compras de roupas, sapatos e acessórios correspondem a 90,00% e 70,00% em ambas categorias, respectivamente. Os gastos com sapatos representam 82,50% e 70,00%, para ambas categorias, respectivamente, o que é compreensível pois, a maioria dos entrevistados são mulheres e, na maioria das vezes, estas são responsáveis pela compra de artigos de vestuário para si e para os membros da família. A participação da renda dos aposentados em gastos com transporte, 42,50% e 60,00%, correspondem a passagens de ônibus, enquanto somente 41,25% e 10,00% destinam-se ao pagamento de combustíveis. Quanto à educação, nota-se que 42,50% dos docentes possuem despesas com filhos estudando fora, além de investirem na compra de livros, jornais e revistas, o que se justifica por terem citado a leitura entre suas atividades de lazer. Como nenhum servidor de apoio possui filhos estudando fora, os gastos com informação não foram muito significativos, ou seja, 10,00% e 20,00% gastam com jornais e revistas, respectivamente.

4.5.7. Emprego

A variável emprego, como indicador de qualidade de vida, já foi discutida anteriormente, quanto foram retratada na Figura 8 e Tabela 3C, ao se discutirem as atividades de trabalho e lazer exercidas pelos aposentados.

4.5.8. Amizade

Nos aspectos relacionados à sociabilidade dos servidores aposentados, procurou-se verificar a participação dos mesmos em atividades e eventos sociais e, em trabalhos voluntários. Assim, constatou-se que 57,50% e 60,00% dos aposentados, de ambas categorias, participaram de eventos sociais, promovidos por associações, entidades, igrejas, escolas, prefeitura e outros (Figura 14).

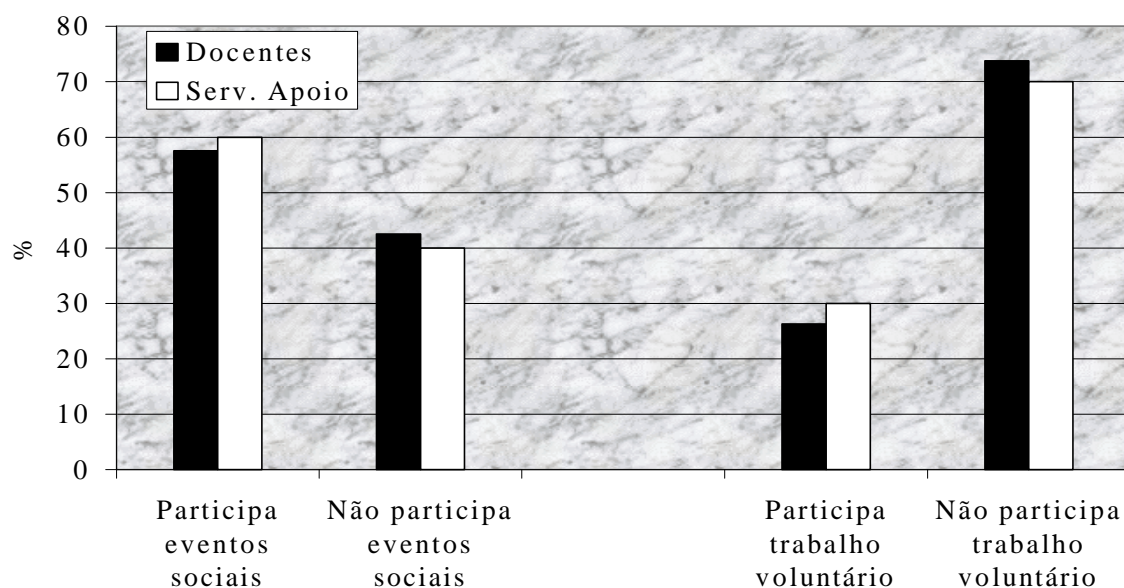


Figura 14 – Aspectos relacionados a sociabilidade dos servidores aposentados, Cataguases, MG, 2001.

Dentre os eventos sociais a que freqüentemente participaram, podem ser incluídos: festas, bingos e almoços beneficentes, da igreja, exposições de quadros e pinturas, lançamento de livros, festas promovidas pelas escolas, etc.

Percentuais significativos de aposentados (42,5% e 40,00%), não participaram de nenhum evento social. Os motivos relatados foram: falta de interesse, acomodação, preferência pelo convívio da família, falta de tempo porque trabalham, cuidam de familiares doentes, ou porque realmente não gostam.

As relações de amizade mantidas pelos aposentados revelaram que a freqüência com que costumavam reunir-se com amigos e vizinhos era de 35,00%, semanalmente, para dos docentes, enquanto 35,00% dos servidores de apoio conviviam, diariamente, com amigos e vizinhos.

A aposentadoria pode ser vivenciada de forma prazerosa, não apenas pela realização de atividades de lazer, mas, principalmente, porque se pode aproveitar o tempo disponível para fortalecer as relações e trocas de experiências afetivas entre amigos, vizinhos, familiares e participar da vida na comunidade. Sobre isso, FRANÇA (1999) considera que o *planejamento de vida que preveja a*

distribuição do tempo e mudanças necessárias relativas à afetividade, à vida familiar, ao lazer, à participação sócio-comunitária e um trabalho remunerado ou voluntário, permitem enfrentar objetivamente as condições frustrantes freqüentes na vida de muitos aposentados (pag23).

Quanto à participação em trabalhos voluntários, 73,75% e 70,00% dos aposentados de ambas categorias, respectivamente, não participavam de nenhum trabalho voluntário. Os motivos pelos quais não o faziam podem ser questionados, pois, citaram a falta de oportunidade, o tempo disponível, o desinteresse e a falta de vontade de assumir compromissos. Outros disseram que gostariam de participar, mas não sabem como.

Partindo do princípio que ‘voluntário’ é aquele que possui disposição para conviver e trabalhar em grupo e da convicção de que as relações sociais organizadas revelam valores, recursos e necessidades, na busca de soluções adequadas para a promoção da melhoria da qualidade de vida, considera-se que a prática do trabalho voluntário não deve ser encarada como algo “para preencher o tempo” dos aposentados e, sim, como auxílio fundamental, algo que contribui para o desenvolvimento da sociedade” (FRIAS, 1999; FRANÇA, 1999).

4.5.9. Dependentes

Quanto ao número de dependentes, dentre os aposentados que não possuem nenhum dependente, 23,75% e 60,00% dos docentes e servidores de apoio, respectivamente, citaram vários fatores como: filhos emancipados, ou que já se casaram; os indivíduos solteiros e, portanto, sem dependentes. O caso de haver 5 a 6 dependentes, trata-se de famílias mais numerosas, filhos ainda morando com os pais, filhos estudando fora de casa, ou a presença de netos e outros parentes morando no domicílio. A maioria dos docentes (55,00%), possui de 1 a 2 dependentes, filhos em idade escolar ou filhos estudando fora de casa (Figura 15 e Tabelas 12C e 13C).

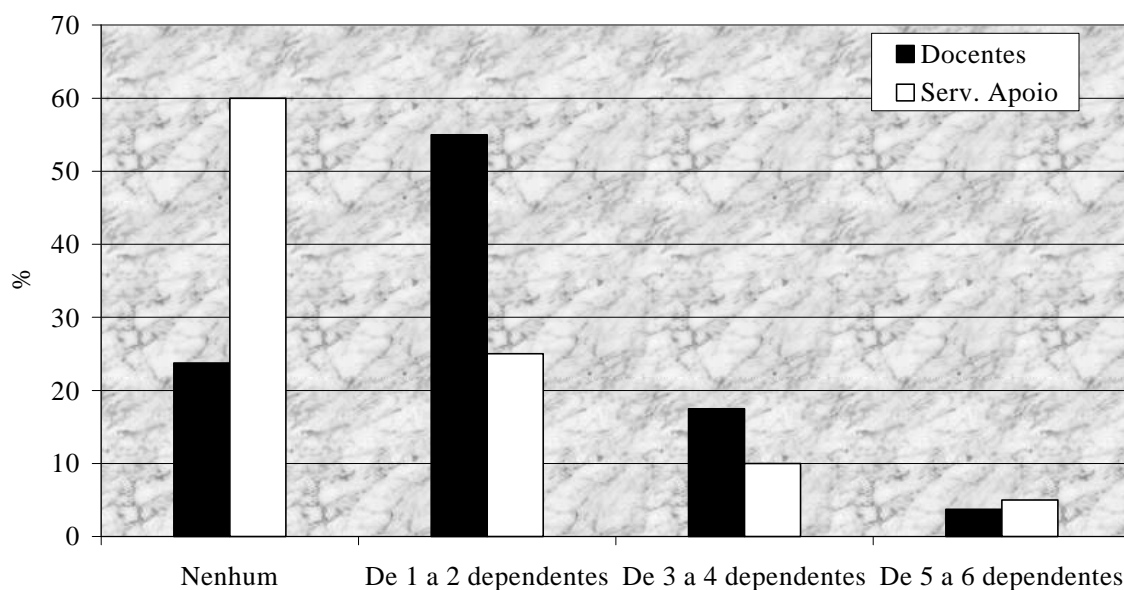


Figura 15 – Número de dependentes dos servidores aposentados, Cataguases, MG, 2001.

4.5.10. Habitação

A habitação é um dos indicadores de qualidade de vida, que tem grande relevância no bem-estar dos indivíduos, porque é o lugar onde o indivíduo passa a maior parte de sua existência. Os indicadores relacionados à habitação são amplos e variam com os aspectos que se pretende focar, seja numa dimensão física, social, afetiva ou econômica.

Os aspectos da habitação, que se procurou focar neste estudo, limitam-se às condições de moradia dos aposentados e ao local onde a mesma está inserida no espaço urbano. Na Figura 16, observa-se, que a maioria, 91,25% dos docentes e 60,00% dos servidores de apoio, possui casa ou apartamento próprio, enquanto 1,25% e 15% relataram morarem em casa cedida, na maioria das vezes, por filhos, irmãos ou outros parentes. Nota-se que, em 56,25% e 55,00% de ambas categorias, as moradias localizam-se em bairros residenciais, embora 41,25% dos docentes morem no centro da cidade e 2,50% em periferias (Tabelas 12C e 13C).

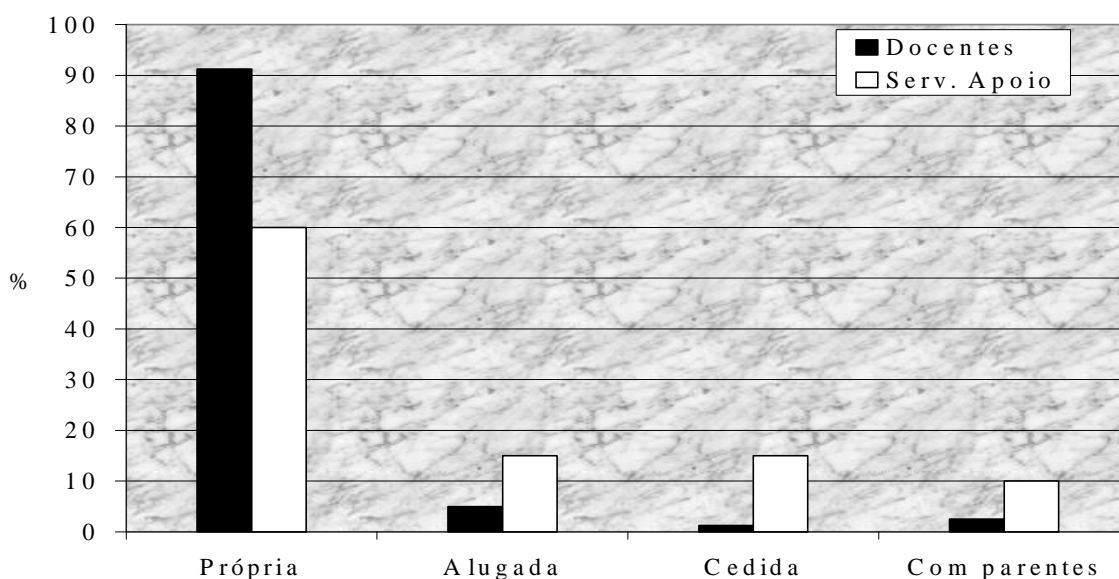


Figura 16 – Condições habitacionais dos servidores aposentados, Cataguases, MG, 2001.

4.6. Aspectos subjetivos da qualidade de vida

Quanto à percepção que os servidores aposentados têm em relação às condições de vida dos idosos na sociedade brasileira, a Figura 17 mostra que um percentual significativo dos docentes (33,75%) considera que o idoso de hoje é valorizado. Tal fato pode ser atribuído à criação dos grupos da Terceira Idade que, para os docentes, incentivam e procuram integrar os idosos à sociedade, tornando-os mais participativos.

Opinaram também que há uma preocupação crescente em melhorar o bem-estar e as condições físicas, sociais e psicológicas dos idosos. Há também mais opções de lazer, perspectivas e incentivos na realização de projetos proporcionando uma vida mais produtiva. No entanto, é preciso considerar que 47,50% dos docentes percebem que os idosos são marginalizados e discriminados pela sociedade e até mesmo pela própria família. Os baixos salários pagos pela previdência os impedem de viver dignamente, bem como a falta de políticas públicas que priorizem o idoso em todos os âmbitos, seja social, econômico ou psicológico.

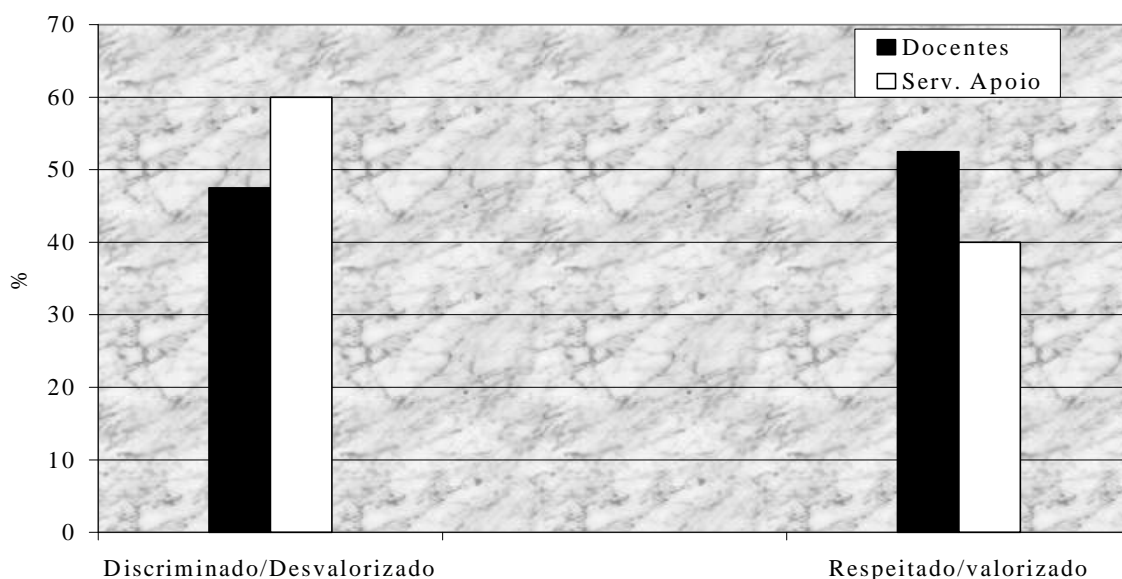


Figura 17 – Percepção dos servidores aposentados a respeito do idosos, Cataguases, MG, 2001.

Dentre os servidores de apoio, observa-se que 60,00% percebem os idosos como um grupo susceptível à discriminação, marginalização e desvalorização, sobretudo pelos jovens que não valorizam a experiência, a sabedoria e a vivência dos mesmos. O fator ‘aposentadoria’ foi apontado como agravante para o bem-estar do idoso, em função dos baixos salários. Poucos opinaram que o idoso é hoje menos respeitado (40,00%), fato este decorrente da mudança de consciência das pessoas a respeito da velhice, pois, há a preocupação em envelhecer bem, além da procura em satisfazer as necessidades deste grupo etário (Tabelas 14C e 15C).

Desta forma, abstraiu-se os seguintes depoimentos:

“As oportunidades aparecidas para o idoso têm proporcionado uma vida mais ativa, mais feliz, mais produtiva”. M.A – 56 anos. Professora

“Atualmente, as pessoas de terceira idade têm sido mais valorizadas e participativas na sociedade”. M.G.P. – 55 anos. Professora

“O idoso é sempre discriminado tanto pela sociedade como pela família”. I.C.S – 55 anos – Servente

“O idoso é deixado de lado, sem devido reconhecimento e respeito que merece”. A.M.G. 58 anos – Orientador Educacional

“Muitas vezes é tratado como ‘velho’ e velho é para se jogar fora. O idoso deveria ser mais respeitado”. R.H. 56 anos – inspetora de alunos

“Infelizmente o idoso não é valorizado pela experiência de vida; e, portanto, pessoa que ainda pode e deve contribuir com sua sabedoria”. M.C.M.C – 57 anos – Diretora

O fato ‘estar aposentado’ assume diferentes significados para os servidores, pois, além de ser uma questão individual, freqüentemente está associado ao estilo de vida, ao trabalho desempenhado durante anos e às perspectivas para o futuro. De acordo com a Figura 18, a aposentadoria assumiu, para os docentes, o significado de prêmio e recompensa (31,25%) pelos anos de trabalho com dedicação, amor, doação, além da contribuição dada à educação dos cidadãos. Os 5,00% responderam que ‘estar aposentado’ é ruim, consideram-se esquecidos, sentem falta do reconhecimento pelo trabalho de ‘educador’ e do contato social, cultural e profissional. Para os servidores de apoio, ‘estar aposentado’ representa descanso das atividades desempenhadas (30,00%), uma vez que exerciam tarefas manuais e, hoje, podem ter uma vida mais tranqüila. O significado de conquista e sentimento de dever cumprido aparece em ambas categorias. Os 10,00% que consideram ruim ‘estar aposentado’, alegaram que a sociedade os considera como ‘velhos’(Tabelas 14C e 15C).

Dos relatos dos servidores sobre o significado de ‘estar aposentado’, pode-se extrair os seguintes depoimentos:

“Representa a consciência do dever cumprido e a esperança de ainda poder

realizar muito em favor do próximo, da família”. L.A – 55 anos – Professora

“Para mim significou realização, me sinto muito feliz e com capacidade de servir muito mais”. S.M. – 56 anos – Professora

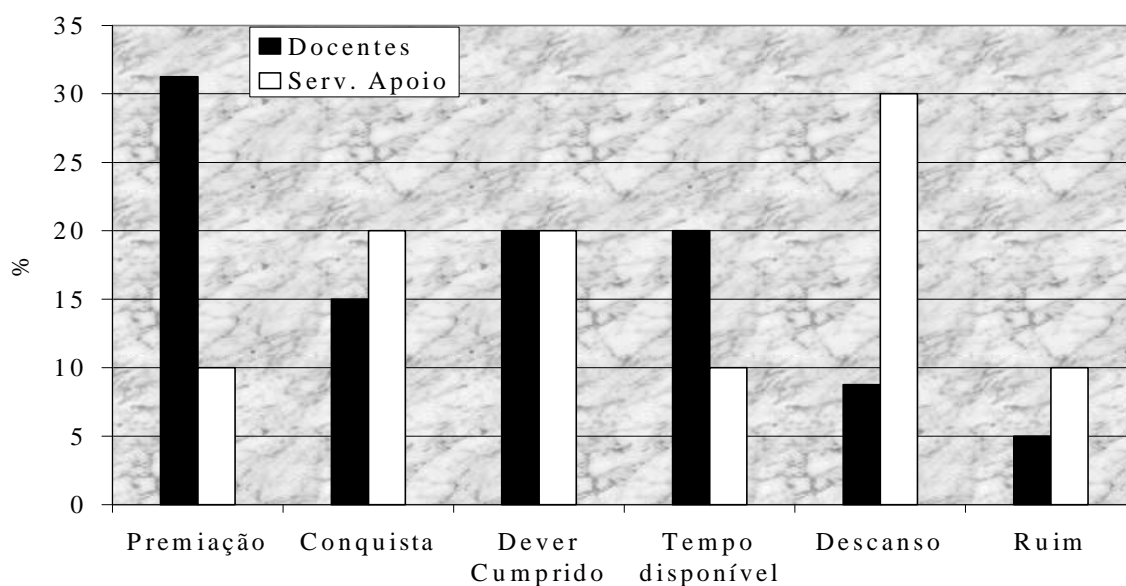


Figura 18 – O significado da aposentadoria para os servidores, Cataguases, MG, 2001.

“Acho muito triste, pois para mim significou doença”. *E.O.N. – 60 anos – Professora*

“O aposentado é como banana que caiu do cacho.... Não serve para nada”.
R. G. 60 anos – Merendeira.

“Um mérito, um prêmio conquistado pelos anos de trabalho com dedicação

a profissão que escolhi”. *E. S -.58 anos – Professor*

Quanto às vantagens e desvantagens relevantes para os servidores, em relação a aposentadoria, na Figura 19, observa-senotou-se que, dentre as vantagens, os docentes consideram o fato de não terem mais compromisso com horários rígidos (43,75%), normas, reuniões e avaliações escolares que o sistema escolar exige, e, conseqüentemente, o tempo livre pode ser dedicado à realização de outras atividades, ou dedicar mais tempo à família e ao lazer. As vantagens apontadas pelos servidores de apoio apontaram são: segurança do salário (35,00%) que, mesmo sendo baixo, é algo com que podem contar mensalmente, além de não terem compromisso com horários e desfrutarem de mais tempo com a família (20,00%) (Tabela 16C).

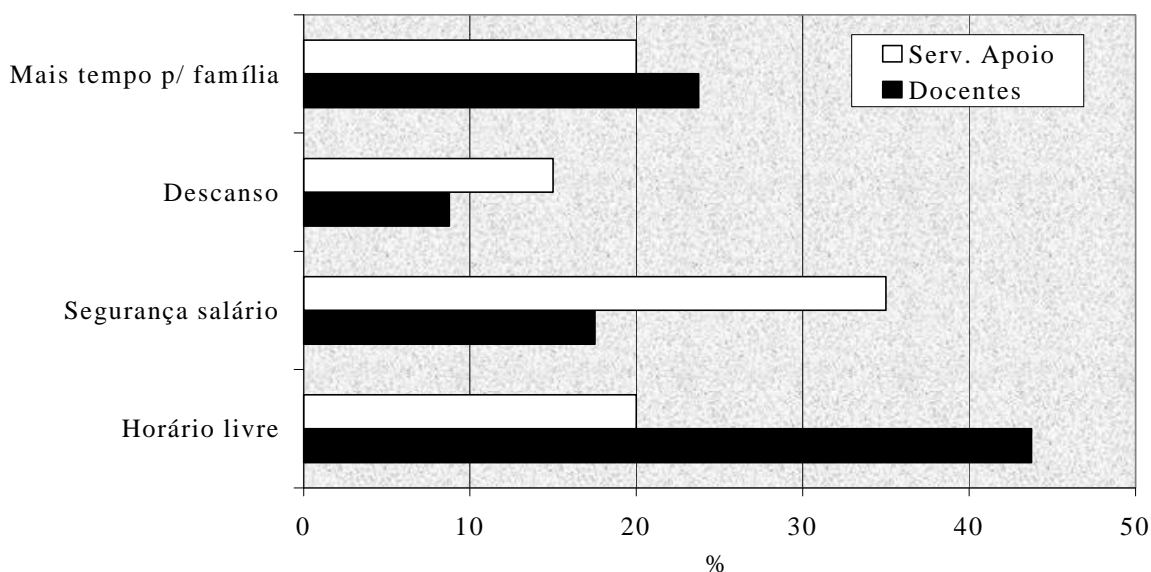


Figura 19 – Vantagens da aposentadoria na percepção dos servidores aposentados, Cataguases, MG, 2001.

Alguns dos depoimentos prestados são:

“Tranqüilidade, a certeza do dever cumprido e mais tempo para me dedicar a família e curtir os netos”. M.R. – 57 anos -*Supervisora*

“Receber meu salário sem ter que trabalhar mais”. I. C. 60 anos – *Professora*

“Estabilidade em relação ao salário, não ter horário e mais tempo para passear”. M.I.V – 56 anos – *Professora*

“Ter tempo disponível para fazer o que quero sem obedecer o horário”.

S. R. – 57 anos – *Professora*

Conforme Figura 20, a principal desvantagem é a perda das relações de amizade cultivadas no ambiente de trabalho, para ambas categorias (32,50% e 50,00%, respectivamente). Alegaram sentir a falta do convívio com os colegas de trabalho, com os alunos e com o ambiente escolar. Alguns se sentem ‘estranhos’, quando retornam ao local onde trabalharam durante muitos anos. Outra desvantagem apontada foi a defasagem salarial e os descontos, que os impedem de ter uma situação financeira mais confortável (Tabela 16C).

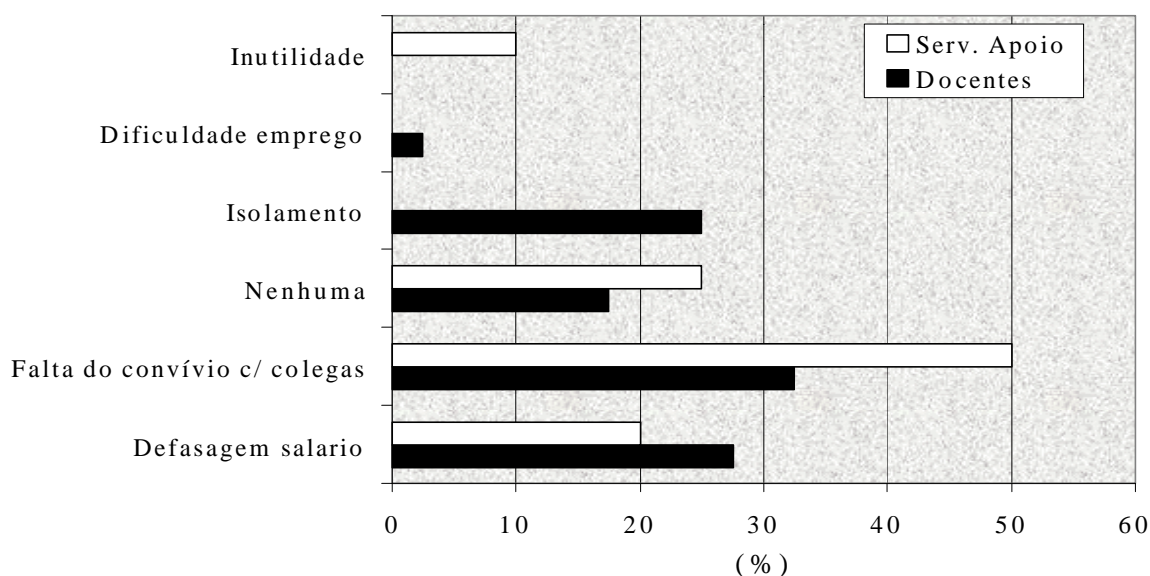


Figura 20 – Desvantagens da aposentadoria na percepção dos servidores, Cataguases, MG, 2001.

A respeito das relações estabelecidas pelos entrevistados no ambiente de trabalho, abstrairam-se os seguintes depoimentos:

“ Perde-se o vínculo do convívio social do trabalho”.

M. F – 56 anos – Professor

“ Rever os colegas de trabalho se torna mais difícil... e não poder ajudar mais os alunos necessitados”. R.C.O. – 57 anos – Professora

“ Para mim foi ter que voltar ao mercado de trabalho porque só o salário da aposentadoria não dava”. S.C. 50 anos – Professora

“A remuneração é muito pequena e os salários estão sempre defasados.

I.S.P – 48 anos – Professora

Quanto às diferenças de ambos os sexos, percebeu-se que as mulheres adaptam-se melhor à aposentadoria, talvez porque desenvolvem, ao longo dos anos, papéis e atividades na administração da casa, cuidam do orçamento doméstico e dos filhos e, paralelamente, encontram tempo para pintar, costurar e fazer artesanato. Como confirma o depoimento de uma entrevistada *“a mulher*

nunca se aposenta, porque fora da escola tem o trabalho de cuidar da casa e dos filhos”.

Embora o percentual de servidores do sexo masculino aposentados tenha sido pouco representativo (9,00% do total da amostra), as diferenças observadas entre ambos os sexos quanto aos indicadores de qualidade de vida, afetados pela aposentadoria, referem-se ao trabalho. Observou-se que, dentre os 9 entrevistados, 5 não trabalham por falta de oportunidade e 4 trabalham para complementar a renda. Quanto aos afazeres domésticos, disseram que ajudam em tarefas domésticas, tais como: lavar quintal, louças e talheres; preparar lanches; pequenas tarefas (trocar lâmpadas, consertar equipamentos e desentupir encanamentos); cuidar de pequenos animais domésticos e plantas. Disseram responsabilizar-se por maior parte das despesas da casa como alimentação, saúde, transporte e educação.

Quanto aos aspectos subjetivos da qualidade de vida, apontaram, como desvantagem, da aposentadoria, a falta de ocupação, a vontade de continuar trabalhando, a insegurança, o isolamento e a falta de estímulo e incentivo da sociedade em reaproveitar seus conhecimentos profissionais, já que estão numa fase mais madura, com mais experiência e sabedoria.

5. RESUMO E CONCLUSÕES

A aposentadoria pode produzir efeitos diversos nos indivíduos. Para uns, ela pode ser vivida como uma etapa insegura, quando está associada a sentimentos de inutilidade, tédio, isolamento, após longos anos de uma vida de trabalho. Para outros, pode significar o inverso, ou seja, o início de uma nova fase, em que é possível concretizar projetos, desfrutar de prazeres não vividos e de novas trocas afetivas. Desta forma, a relação entre aposentadoria e qualidade de vida é evidentemente reconhecida.

O perfil socioeconômico dos entrevistados revelou uma população de servidores públicos aposentados predominantemente feminina, casada, dividida em duas categorias (docentes e servidores de apoio), sendo que a maioria tem nível de escolaridade superior e aposentaram-se com idade entre 45 a 54 anos. A média de idade foi de 56 anos. A renda recebida apresentou variações, em função do cargo que ocuparam e, conseqüentemente, os rendimentos recebidos pelos docentes correspondiam a mais de 10,0 SM, enquanto os rendimentos dos servidores de apoio era, aproximadamente de 3,1 a 4,1 SM.

A satisfação dos aposentados, avaliada em função do valor da aposentadoria e dos benefícios, como auxílio-doença, demonstrou que a maioria encontrava-se insatisfeita com esse valor, pois aos salários defasados pela inflação, somavam-se os descontos nos contracheques. Quanto aos benefícios,

demonstraram estar indiferentes, o que se explica pelo fato de alguns possuírem , além de considerarem o atendimento assistencial muito burocrático.

Em mais de 80% desses indivíduos, a decisão de se aposentar foi influenciada pelo tempo de serviço, o que constitui mais uma razão para desmistificar o preconceito segundo, o qual os indivíduos que se desligaram do trabalho por tempo de serviço são ‘idosos’, até porque a faixa etária dos aposentados não permitiria classificá-los como tal.

Após se aposentar, a maioria, optou por não exercer nenhuma atividade de trabalho, pois, prefere dedicar mais tempo à família, descansar e também, porque possuem uma vida mais estabilizada. O tempo que antes da aposentadoria era escasso, em função do trabalho, agora pode ser dedicado às atividades de lazer, como reunir com amigos e a família, viajar e passear, bem como cuidar da saúde e praticar exercícios físicos.

Considerando a qualidade de vida, os indicadores objetivos revelaram que, quanto à saúde, relações interfamiliares, acesso aos serviços comunitários e habitação estes indivíduos possuem qualidade de vida satisfatória, uma vez que se mostraram participativos, preocupam-se com a saúde, a prevenção de doenças e a prática de exercícios.

A família conceituada, pelos entrevistados, como filhos, netos, o lar e amigos, assume uma representação importante na vida dessas pessoas, fato este comprovado mediante a satisfação de estarem aposentados e, portanto, podendo usufruir de mais tempo dedicado à família, e aos cuidados com filhos e netos.

A sociabilidade estabelecida pela participação social na comunidade, seja por meio dos eventos sociais ou do trabalho voluntário, merece uma atenção especial, pois, a maioria dos entrevistados não participa de eventos sociais e não realiza nenhum trabalho voluntário. Os motivos apontados revelam que não o fazem porque não gostam, não têm interesse e, até mesmo, porque não sabem como participar. Cabe à sociedade, às escolas, e às instituições públicas um trabalho que possibilite reinserir essas pessoas nas escolas, por exemplo, pois a experiência acumulada por esses indivíduos poderia ser de grande utilidade na recuperação e reforço de alunos. Esta seria uma oportunidade tanto para a

realização de um trabalho voluntário, numa atividade agradável, quanto para o retorno ao local de trabalho, já que a falta do convívio com colegas, os alunos e o ambiente escolar constituía uma das desvantagens da aposentadoria. A comunicação e a informação constituem, também papel da escola e da sociedade.

O desenvolvimento de programas e projetos de políticas públicas, que incentivem a participação desse novo segmento da população, é importante não apenas para a sociedade, mas também para os próprios indivíduos, mediante a troca de experiências e o convívio com colegas, o que representa uma forma de estar ainda na fase produtiva, contribuindo com a experiências e conhecimentos adquiridos ao longo dos anos.

Vale ressaltar a necessidade de valorizar outros aspectos da vida que não o financeiro, como investir no relacionamento humano e na troca de afetos e experiências entre as outras pessoas, assim como desenvolver atividades variadas e descobrir novas aptidões, pois, assim, a aposentadoria pode ser vivenciada de forma prazerosa e significativa.

Espera-se que, a partir deste estudo, possam surgir outras pesquisas direcionadas para uma análise profunda das condições de vida dos aposentados, antes e após a aposentadoria, utilizando uma amostra mais abrangente de aposentados, pertencentes a diferentes categorias profissionais, o que possibilitaria um diagnóstico mais amplo sobre a aposentadoria.

Dentre os fatores que limitaram a realização do presente trabalho, está a escassez de fontes de consulta sobre aposentadoria, uma vez que se trata de um tema ainda pouco pesquisado, principalmente aquelas referentes à aposentadoria desvinculada do conceito de velhice, além da dificuldade de acesso à relação dos servidores aposentados nas escolas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA-HOYOS, Luís Eduardo; GUERRERO, J. S. **Tecnologia e Qualidade de Vida (Uma polêmica do nosso tempo)**. Viçosa: UFV, Imprensa Universitária, 1985. 112p.

ARIÈS. Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Trad. Eliane Flaksman. Zahar: Rio de Janeiro: 1978. p.8-20.

BARBOSA, J. S.º Atividade Física na Terceira Idade. **Terceira Idade: Alternativas para uma sociedade em transição**. VERAS, Renato Peixoto (Org.). Rio de Janeiro: Relume-Dumará: UERJ, UnATI, 1999. 232P.

BARRETO, M. L.F. **Admirável Mundo Velho. Velhice, fantasia e realidade social**. São Paulo: ática, 1992. p.23-53

BEAUVIOR, Simone de. **A Velhice**. 2ªed. Rio de Janeiro: Fronteira, 1990. Pág. 324. Editora, 1990, apud GARCIA, M. T.G. Auto-Imagem na Aposentadoria: Mito e Realidade. São Paulo: USP/ECA, 1999.

BERNARDES, Denis A. M. Aposentadoria X Cidadania. **Terceira Idade**. São Paulo: Abril/2000. n.º19. p.23-35

BOM SUCESSO, Edina de Paula. **Trabalho e Qualidade de Vida**. Rio de Janeiro: Qualitymark/Dunya, 1998. 204p.

BUARQUE, C. **Qualidade de Vida: a modernização da utopia**. In: Qualidade de Vida. Lua Nova nº 31. p.157-165, 1993

BRASIL. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. **A PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA**. Brasília- DF, 1980. 97p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. **REFORMA DA PREVIDÊNCIA**. Emenda Constitucional nº 20, de 1998

CALDAS, Célia P. Educação para a Saúde: a importância do autocuidado. **Terceira Idade: Alternativas para uma sociedade em transição**. VERAS, Renato Peixoto (Org.). Rio de Janeiro: Relume-Dumará: UERJ, UnATI, 1999. 232P.

CARLEY, Michael. **Indicadores Sociais: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. P.37-87

CARVALHO, Antônio V.; SERAFIM, Oziléia C. G. **Administração de Recursos Humanos**. São Paulo: Pioneira, 1995. V.2, 192p.

CEBOTAREV, E. Apuntes sobre aspectos básicos en la calidade de la vida. In: Mujer, Família y Desarrollo. Manizales: Universidad de Caldas, 1981.

_____. Desenvolvimento Sustentável para a Família. In: Congresso de Economia Doméstica – 13º Encontro Latino Americano de Economia Doméstica 1º. Pelotas, UFPEL, 1998. pág. 12-14.

CHAIMOWICZ, F. **Os idosos brasileiros no século XXI**. Belo Horizonte: Postgraduate Brasil, 1998. 92p.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000. 523p.

CID-10 Classificação Internacional de Doenças. 10 ed.

COHN, Amélia. Previdência Social e Processo Político no Brasil. São Paulo: Moderna, 1981. 245p.

COIMBRA, J. A.A . **Considerações sobre o conceito de qualidade de vida**. Petrópolis: Vozes, v.72, n.4, p. 261-71, maio/1978.

COMPTON, N. H. e HALL, O.A. **Um convite à pesquisa**. Mineapolis: Burgess Publishing Company. 1975. 401p

COSTA, Marisa C. V. **Trabalho docente e profissionalismo**. Porto Alegre: Sulina, 1995. P. 155-167.

DAUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976. P.17-117

DEBERT, Guita Grin. **A Reinvenção da Velhice: socialização e processo de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: Universidade de São Paulo – FAPESP, 1999. 255p

DEPS, Vera Lúcia. **À transição à aposentadoria na percepção de professores recém aposentados da Universidade Federal do Espírito Santo**. Campinas: UNICAMP, 1994. 123p (Tese de Mestrado)

FERREIRA, Ângela M. S. **Dimensões da Qualidade de Vida no Meio Rural de Santa Catarina e Rio Grande do Norte**. Viçosa – MG, 1986. Tese (Mestrado em Economia Doméstica). Universidade Federal de Viçosa, UFV.

FRANÇA, Lúcia. Preparação para a aposentadoria: desafios a enfrentar. **Terceira Idade: Alternativas para uma sociedade em transição**. VERAS, Renato Peixoto (Org.). Rio de Janeiro: Relume-Dumará: UERJ, UnATI, 1999. 232P.

FREITAS, Márcia Valéria N. **Análise de instituições asilares: condições e qualidade de atendimento ao idoso na região metropolitana de Belo Horizonte – Minas Gerais**. Viçosa: UFV, 2001.74p.

FRIAS, S. R. Aposentadoria, Tempo Livre, Lazer e a Descoberta do Trabalho Voluntário. **Terceira Idade: Alternativas para uma sociedade em transição**. VERAS, Renato Peixoto (Org.). Rio de Janeiro: Relume-Dumará: UERJ, UnATI, 1999. 232P.

GARCIA, Maria Teresa G. Auto-Imagem na Aposentadoria: Mito e Realidade. Revista Terceira Idade, São Paulo: SESC. v. 10, n.16, p.67, 1999.

_____. Auto-Imagem na Aposentadoria: mito e realidade. São Paulo: 1993. 115p (Tese de Dissertação de Mestrado)

HALLAL, Dalila R. ; GARCIA, Tania Elisa M. **As Várias Faces do Conceito de Qualidade de Vida**. IN: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA DOMÉSTICA 14 E ENCONTRO LATINO AMERICANO DE ECONOMIA DOMÉSTICA 2. Qualidade de Vida: Um desafio à Globalização. Fortaleza-CE. Agosto/Setembro. 1997. Anais...

HERCULANO, Silene C. A qualidade de vida e seus indicadores. Ambiente e Sociedade. v. 1, n.2. jan-jul/1998. 99p. Notas de Aula. Mimeografado.

IBGE. **Censo 2000**. Rio de Janeiro, IBGE, 2000.

KASTENBAUM, Robert. **Velhice: anos de plenitude**. KRISTAL, Leonard (org.), São Paulo: 1981. p.58-63 (Coleção A Psicologia e Você)

LOPES, Tomás V. M. **Problemas de Pessoal da Empresa Moderna**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971. p.267-271.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. Estudo de caso: seu potencial na educação. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v.49, p.51-55, 1994.

MENDES, Sinésia C. **Direito e Legislação**. São Paulo: Scipione, 1998. p.201-207.

METZEM, E. Quality of life as affected by area of residence. In: Project Description. **Colombia: University Missouri, College Agriculture**, Agricultural Experiment Station, 1980. 112p.

MINAS GERAIS. Constituição (1988). **Constituição do Estado de Minas Gerais**: promulgada em 21/09/1989. Belo Horizonte, 1989. 195p.

MINAS GERAIS. **ESTATUTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS**. Decreto nº 26.562 de 19/12/1987. 2000

MIRA Y LOPES, Emílio. A contribuição da saúde natural à preparação para a aposentadoria. **Terceira Idade: Alternativas para uma sociedade em transição**. VERAS, Renato Peixoto (Org.). Rio de Janeiro: Relume-Dumará: UERJ, UnATI, 1999. 232P.

MOTTA, Edith. Reflexos da Aposentadoria sobre a Questão Social do Idoso. **Terceira Idade**. São Paulo: SESC. v.10, p.61-70. abril/1998.

NERI, Anita L. Atitudes em relação à velhice e práticas discriminatórias quanto ao idoso. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESPECIALISTAS MULTIDISCIPLINARES EM TERCEIRA IDADE 1, Belo Horizonte: 1992. P. 199-203. **Anais...**

_____. **Qualidade de Vida no adulto maduro: interpretações teóricas e evidências de pesquisa**. 2 ed. Campinas: Papirus, 1999. P.7-10 (Coleção Vivacidade).

NERI, Anita L.; SILVA, Edinete B. N. **Questões geradas pela convivência com idosos: indicações para programas de suporte familiar**. 2 ed. Campinas: Papirus. 1999. p.213-237

NUNES, Carlos E. P. **Vamos que já entardece: preparação para aposentadoria**. Rio de Janeiro: Consultor, ICSS, 1994. 72p.

PERFIL ESTATÍSTICO. CATAGUASES/MG. 1999

RIOS, Josué. **Guia dos seus Direitos**. 10ed. São Paulo: Globo, 2000. 830p.

ROTHMAN, F. D. O estudo de caso como método científico da pesquisa. In: ENCONTRO DE ECONOMIA FAMILIAR, 1, 1994, Viçosa. **Anais...** Viçosa, MG: UFV, 1996. p.245-55.

SALGADO, M. A. Aposentadoria e ética social. In: CENTRO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO DE SERVIÇOS SOCIAIS – CBCISS. **Gerontologia social**, Rio de Janeiro: v.12, n230, p.9-14, 1990.

_____. Mitos e preconceitos sócio-culturais com a velhice: responsabilidades do trabalho social. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESPECIALISTAS MULTIDISCIPLINARES EM TERCEIRA IDADE 1, Belo Horizonte: 1992. P. 157-167. **Anais...**

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best seller, 1999. Previdência Social.

SANTOS, Carmem Lúcia. **Qualidade de Vida das Famílias de Mulheres Beneficiárias do Programa de Microcrédito para Atividades Não-Agrícolas do Projeto Pró-Sertão – Sergipe**. Viçosa: UFV, 1999. 151P.

SANTOS, M.F.S. – **Identidade e Aposentadoria**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1990.

SILVA, Áurea S. A.P. Preparação para a aposentadoria e seu significado social. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESPECIALISTAS MULTIDISCIPLINARES EM TERCEIRA IDADE 1, Belo Horizonte: 1992. P. 199-203. **Anais...**

STEPHANES, Reinhold. **Reforma da Previdência Sem Segredos**. Rio de Janeiro: Record, 1998. 243p.

SOUZA, Amaury de. Qualidade de Vida Urbana. Rio de Janeiro: Zahar. Séries: Debates Urbanos, v.7, 101p .1984.

VALLE, Edênio. A Velhice e o futuro: os novos velhos do terceiro milênio. **Terceira Idade**. São Paulo: nº 13. Abril/1998. 71p.

VERAS, R. P.O Brasil envelhecido e o preconceito social. **Terceira Idade: Alternativas para uma sociedade em transição**. VERAS, Renato Peixoto (Org.). Rio de Janeiro: Relume-Dumará: UERJ, UnATI, 1999. 232P.

APÊNDICES

APÊNDICE A



Ponte Metálica



Centro Cultural "Eva Nij"



Calçaão



Santuário de Santa Rita de Cassia



Cinema



Escola Estadual "Manuel Ignácio Peixoto"

Distâncias Rodoviárias em Km

Belo Horizonte	315
Brasília	1.115
Juiz de Fora	130
Rio de Janeiro	240
São Paulo	655
Vitória	437

Isto é Cataguases



Localizado na Zona da Mata Leste de Minas Gerais, a uma altitude de 167 metros, o município de Cataguases possui uma área de 495 Km em topografia irregular e clima quente e úmido.

O município é composto por cinco distritos: Aracati, Cataguarino, Glória, Sereno e Vista Alegre dotados de completa infra-estrutura, como postos de saúde com atendimento diário, inclusive odontológico e escolas de ensino fundamental e médio.

Abrigando diversas indústrias que utilizam tecnologia de ponta, Cataguases é, hoje, um parque industrial promissor, sendo, por isso, o município da região que mais cresce.



COMO TUDO COMEÇOU

A fim de viabilizar a construção da estrada de ferro que liga Minas Gerais à cidade Campos dos Goitacazes, no estado do Rio de Janeiro, chegou a esta região, o coronel-comandante das Divisões Militares do Rio Doce e diretor Geral dos Índios, Guido Thomaz Marlière. As terras pertenciam ao Sargento de Ordenanças, Henrique José de Azevedo, e era conhecido como "Porto dos Diamantes" por causa dos fortes rumores da existência de ouro e pedras preciosas.

Em 26 de maio de 1828, Guido Marlière recebeu de Henrique José de Azevedo, terras em doação, destinadas à construção de uma igreja a ser consagrada a Santa Rita de Cássia e à fundação de um povoado. Naquela época, esta região contava com 38 casas de brancos em meio à diversas aldeias de índios coropós, puris e coroados. Guido Marlière logo deu novo nome ao local que passou a se chamar "Santa Rita do Meia Pataca" ou simplesmente "Meia Pataca", por estar situada entre os rios Pomba e Meia Pataca.

Após tomar posse das terras, o coronel francês decidiu ordenar seu crescimento, tomando o necessário cuidado de que sua urbanização seguisse alguns critérios que lhe pareciam adequados. Assim, demarcou as praças e jardins, alinhou as ruas, indicou onde seria construída a Capela e estabeleceu normas para a edificação das casas. A partir daí, o crescimento tomou conta do lugar e, aos 25 de novembro de 1875, uma lei foi promulgada elevando o lugar à sede de novo município.

Dois anos mais tarde, em 7 de setembro, foi oficializada a instalação da vila de Santa Rita do Meia Pataca, passando depois a se chamar Cataguases, por sugestão do Coronel José Vieira de Rezende e Silva, incansável empreendedor da emancipação do lugar. O nome por ele escolhido, conforme sustentava, era uma expressão indígena que unia duas palavras "Cati" e "Aua" que significa "terra de gente boa".

Perfil Estatístico de Cataguases - 1999

POPULAÇÃO.....	63.200
ELEITORES.....	44.300
DISTRITOS.....	6
ÓRGÃOS ESTADUAIS.....	7
ÓRGÃOS FEDERAIS.....	5
ÓRGÃOS MUNICIPAIS.....	16
146º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR.....	1
DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA.....	3
VARAS JUDICIAIS.....	1
JUNTA DE CONCILIAÇÃO.....	1
PROMOTORES (MIN. PÚBLICO).....	3
GRUPO DE POLÍCIA FLORESTAL.....	1
TIRO DE GUERRA.....	1
COPA SA.....	1
SEDE CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA.....	1
AGÊNCIA REGIONAL DA EMATER.....	1
AGÊNCIA REGIONAL DO IPSEMG.....	1
AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL.....	1
AGÊNCIA DO INSS.....	1
AGÊNCIA FAZENDÁRIA (AF).....	1
APAE.....	1
ESCRITÓRIO DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS.....	1
VEREADORES.....	15
POSTOS DE SAÚDE.....	16
PROFESSORES 1º GRAU.....	263
PROFESSORES 2º GRAU.....	167
PROFESSORES 3º GRAU.....	34
ESCOLAS ESTADUAIS.....	9
ALUNOS DOS CURSOS FUNDAMENTAL E MÉDIO.....	9.889
ESCOLAS MUNICIPAIS.....	36
ALUNOS DOS CURSOS FUNDAMENTAL E MÉDIO.....	7.030
ENSINO PÓS-FUND (ESC. MUN. AUX. ENFERMAGEM).....	85
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	86
ESCOLAS PARTICULARES.....	15
ALUNOS DOS CURSOS FUNDAMENTAL E MÉDIO.....	1.555
FACULDADE.....	1
ALUNOS FACULDADE.....	571
ENTIDADES FILANTRÓPICAS.....	12
ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS.....	9
HOSPITAIS.....	3
URGENCIA INFANTIL.....	3
PRONTO SOCORRO.....	3
EMPRESAS PEQUENAS.....	1.218
EMPRESAS MÉDIAS.....	632
EMPRESAS GRANDES.....	158
JORNALIS.....	8
RÁDIO AM.....	1
RÁDIO FM.....	4
TEATROS.....	3

CINEMA.....	1
BIBLIOTECAS.....	3
MUSEUS.....	3
SINDICATOS.....	16
ASSOCIAÇÕES MORADORES BARRIOS.....	30
HOTÉIS.....	8
RESTAURANTES.....	24
BARES, BOTEQUINS, LANCHONETES.....	8
FARMÁCIAS E DROGARIAS.....	27
AGÊNCIAS BANCÁRIAS.....	8
RESERVA FLORESTAL.....	1
CLUBES SOCIAIS.....	7
TELEFONES CONVENCIONAIS.....	10.052
TELEFONES CELULARES.....	3.521
TELEFONES PÚBLICOS (ORELHÃO).....	209
VEÍCULOS.....	13.332
PROPRIEDADES RURAIS.....	846
GINÁSIOS POLIESPORTIVOS.....	4
FUNDAÇÕES.....	74
TAXISTAS.....	5
COOPERATIVAS.....	2
CLUBES DE SERVIÇOS.....	2



CAIC - Centro de Atividades do Trabalhador



CAIC - Centro de Apoio Integral à Criança

APÊNDICE B

CARACTERÍSTICAS	FREQ. ABSOLUTA	FREQ. RELATIVA %
Sexo		
Masculino	09	9,00
Feminino	91	91,00
Estado Civil		
Solteiro	15	15,00
Casado/Amigado	65	65,00
Viúvo	15	15,00
Desquitado	01	2,00
Separado/Divorciado	04	4,00
Escolaridade		
Ens. Fundamental Incompl.	12	12,00
Ens. Fundamental Compl.	07	7,00
Ens. Médio Incompl.	04	4,00
Ens. Médio Compl.	15	15,00
Ens. Superior Incompl.	01	1,00
Ens. Superior Compl.	31	31,00
Pós-Graduação	30	30,00
Idade com que se aposentou		
Abaixo de 45 anos	17	17,00
De 45 a 49 anos	28	28,00
De 50 a 54 anos	22	22,00
De 55 a 59 anos	17	17,00
De 60 a 64 anos	10	10,00
Mais de 65 anos	06	6,00
Atividade que exercia na Escola		
Docência	80	80,00
Serviços de Apoio	20	20,00
Tempo de Exercício no Serviço Público Estadual		
		Média (anos) = 25 anos
Idade Atual		
		Média (anos) = 56 anos
* N=100 (80 docentes e 20 funcionários de apoio)		

Figura 1B – Perfil sócio-econômico dos entrevistados, Cataguases, MG, 2001
(N = 100)*

APÊNDICE C

Tabela 1C – Grau de satisfação dos aposentados com os benefícios recebidos, Cataguases, – MG, 2001

GRAU DE SATISFAÇÃO	Benefícios			
	Valor da Aposentadoria / Auxílio-Doença			
	N	%	N	%
Muito Insatisfeito	23	23,00	04	4,00
Insatisfeito	48	48,00	16	16,00
Indiferente	06	6,00	48	48,00
Satisfeito	22	22,00	25	25,00
Muito Satisfeito	01	1,00	07	7,00

Tabela 2C – Aspectos relevantes que influenciaram na decisão de se aposentar, Cataguases, MG, 2001

ASPECTOS	FREQ. ABSOLUTA	FREQ. RELATIVA (%)
Idade	06	6,00
Doença	04	4,00
Tempo de Serviço	86	86,00
Outros	04	4,00

Tabela 3C – Atividades de trabalho e lazer exercidas por duas categorias de funcionários públicos após a aposentadoria, Cataguases, MG, 2001

ATIVIDADES	CATEGORIAS			
	Docentes		Serv. de Apoio	
	Freq.Absoluta/ Freq.Relativa		Freq.Absoluta/ Relativa	
	Nº	%	Nº	%
Trabalho				
Autônomo	07	8,75	01	5,00
Escola	15	18,75	–	–
Prof. Particular	05	6,25	–	–
Outros	06	7,50	03	15,00
Não Trabalha	47	58,75	16	80,00
Lazer				
Ver TV	25	31,25	09	45,00
Esportes	47	58,75	04	20,00
Festas	08	10,00	–	–
Viagens e Passeios	33	41,25	07	35,00
Leitura	35	43,75	03	15,00
Artesanato	15	18,75	06	30,00
Teatro	01	8,00	–	–
Reuniões Família e Amigos	41	51,25	06	30,00
Clube	05	6,25	–	–
Jardinagem	06	7,50	01	5,00
Jogos	05	6,25	02	10,00
Cinema	06	7,50	–	–
Ouvir Música	10	12,50	01	5,00
Igreja	07	8,75	–	–
Culinária	05	6,25	01	5,00
Dançar	11	13,75	02	10,00
Cursos	07	8,75	–	–
Outros	04	5,00	02	10,00

Tabela 4C – Tratamentos de saúde a que submeteram os servidores aposentados no ano de 2001, Cataguases, MG, 2001

DOENÇAS	CATEGORIAS			
	Docentes		Serv. de Apoio	
	Freq. Absoluta	%	Freq. Absoluta	%
Tratamento *				
Doenças Endócrinas	13	16,25	02	10,00
Doenças do Ap. Circulatório	06	7,50	05	25,00
Doenças do Ap. Respiratório	04	5,00	01	5,00
Doenças Ap. Digestivo	02	2,50	03	15,00
Doenças dos Olhos	03	3,75	02	10,00
Doenças Sist. Osteomuscular	07	8,75	04	20,00
Neoplasia	01	1,25	01	5,00
Exames de Investigação	08	10,00	01	5,00
Outros	07	8,75	01	5,00
Não fez nenhum tratamento	32	40,00	09	45,00
Como Custeou o Tratamento				
IPSEMG	23	28,75	06	30,00
Plano de Saúde	22	27,50	02	10,00
Particular	10	1,25	01	5,00
SUS	–	–	02	10,00

* Fonte: CID – 10 – Classificação Internacional de Doenças.

Tabela 5C – Relacionamento intrafamiliar dos servidores aposentados, Cataguases, MG, 2001

ASPECTOS	CATEGORIAS			
	Docentes		Serv. de Apoio	
	Freq. Absoluta	%	Freq. Absoluta	%
Reside com a Família	74	92,50	17	85,00
Não Reside com a Família	06	7,50	03	15,00
Relacionamento Intrafamiliar				
Ótimo	65	81,25	12	60,00
Bom	13	16,25	07	35,00
Regular	02	2,50	–	–
Péssimo	–	–	01	5,00
Participação do Aposentado nas Decisões tomadas na família				
Participa Ativamente	75	93,75	17	85,00
Pouco Participa	05	6,25	02	10,00
Não Participa	–	–	–	–
Indiferente	–	–	01	5,00
Afazeres Domésticos				
Realiza Tarefas Domésticas	71	88,75	17	85,00
Não realiza Tarefas Domésticas	09	11,25	03	15,00

Tabela 6C – Valor da aposentadoria recebidos pelos servidores aposentados, Cataguases, MG, 2001

VALOR DO BENEFÍCIO (SM) *	CATEGORIAS			
	Docentes		Serv. de Apoio	
	Freq. Absoluta	%	Freq. Absoluta	%
De 1 a 2 SM	04	5,00	14	70,00
De 2,1 a 3 SM	09	11,25	04	20,00
De 3,1 a 4 SM	11	13,75	02	10,00
De 4,1 a 5 SM	09	11,25	–	–
De 5,1 a 6 SM	12	15,00	–	–
De 6,1 a 7 SM	11	13,75	–	–
Mais de 7 SM	24	30,00	–	–
Recebe Outros Benefícios				
Pensão	08	10,00	10	50,00
Previdência Privada	–	–	02	10,00
Outros	–	–	–	–
Não Recebe	72	90,00	08	40,00

* Valor do Salário Mínimo em 2001 (R\$180,00).

Tabela 7C – Valores referentes a renda familiar recebida dos servidores aposentados, Cataguases, MG, 2001

VALOR DO BENEFÍCIO (SM) *	CATEGORIAS			
	Docentes		Serv. de Apoio	
	Freq. Absoluta	%	Freq. Absoluta	%
De 2 a 3 SM	–	–	03	15,00
De 3,1 a 4 SM	02	2,50	08	40,00
De 4,1 a 5 SM	05	6,25	03	15,00
De 5,1 a 6 SM	02	2,50	–	–
De 6,1 a 7 SM	20	25,00	06	30,00
De 7,1 a 8 SM	16	20,00	–	–
De 8,1 a 9 SM	06	7,50	–	–
Mais de 10 SM	29	36,25	–	–

* Renda Total em Salário-Mínimo (SM).

Tabela 8C – Aspectos relacionados à posse de bens pertencentes aos servidores públicos aposentados, Cataguases, MG, 2001

ATIVOS	CATEGORIAS			
	Docentes		Serv. de Apoio	
	Freq. Absoluta	%	Freq. Absoluta	%
Casa	64	80,00	13	65,00
Apartamento	25	31,25	01	5,00
Lote	11	13,75	01	5,00
Sítio	12	15,00	–	–
Estabelecimento Comercial	08	10,00	–	–
Poupança	18	22,50	01	5,00
Títulos de Capitalização	05	6,25	–	–
Não Possui Ativos	02	2,50	04	20,00

Tabela 9C – Aspectos relacionados a posse de equipamentos pelos servidores públicos aposentados, Cataguases, MG, 2001

EQUIPAMENTOS	CATEGORIAS			
	Docentes		Serv. de Apoio	
	Freq. Absoluta	%	Freq. Absoluta	%
Telefone	80	100,00	20	100,00
Moto	05	6,25	–	–
Máquina de Lavar	65	81,25	11	55,00
TV	80	100,00	20	100,00
Vídeo Cassete	71	88,75	10	50,00
DVD	02	2,50	–	–
Aparelho de CD	56	70,00	07	35,00
Telefone Celular	33	41,25	01	5,00
Antena Parabólica	57	71,25	11	55,00
Microondas	43	53,75	03	15,00
Computador	35	43,75	–	–
Geladeira	80	100,00	20	100,00
Freezer	43	53,75	04	20,00
Carro	50	62,50	05	25,00
Bicicleta	22	27,50	01	5,00
Aparelho de Som	66	82,50	08	40,00
Máquina de Secar	09	11,25	–	–

Tabela 10C – Relação das despesas pelas quais os aposentados são responsáveis, Cataguases, MG, 2001

DESPESAS	CATEGORIAS			
	Docentes		Serv. de Apoio	
	Freq. Absoluta	%	Freq. Absoluta	%
Alimentação				
Supermercado	58	72,50	17	85,00
Padaria	42	52,50	11	55,00
Açougue	44	55,00	09	45,00
Sacolão	52	65,00	12	60,00
Feira Livre	27	33,75	03	15,00
Saúde				
Planos de Saúde	37	46,25	01	5,00
Médicos	29	36,25	03	15,00
Farmácia	55	68,75	04	20,00
Exames	20	25,00	04	20,00
Habitação				
Aluguel	04	5,00	02	10,00
Água	57	71,25	15	75,00
Luz	56	70,00	17	85,00
Telefone	56	70,00	16	80,00
Gás	47	58,75	16	80,00
Condomínio	08	10,00	–	–
Consertos e Reformas	33	41,00	06	30,00
Vestuário				
Compras de Roupas	72	90,00	14	70,00
Compras de Sapatos	66	82,50	14	70,00
Costureira	46	57,50	09	45,00
Tecidos/Aviamentos	46	57,50	05	25,00
Transporte				
Ônibus	34	42,50	12	60,00
Táxi	13	16,25	02	10,00
Combustível	33	41,25	02	10,00
Manutenção	15	18,75	01	5,00
Viagens	27	33,75	01	5,00
Prestação de Veículo	12	15,00	02	10,00
Educação				
Livros	39	48,75	02	10,00
Jornais/Revistas	37	46,25	04	20,00
Cursos	27	33,75	02	10,00
Filhos estudando fora	34	42,50	–	–

Tabela 11C – Aspectos relacionados a sociabilidade dos servidores aposentados, Cataguases, MG, 2001

SOCIABILIDADE	CATEGORIAS			
	Docentes		Serv. de Apoio	
	Freq. Absoluta	%	Freq. Absoluta	%
Atividades Sociais				
Participa de Eventos Sociais	46	57,50	12	60,00
Não Participa de Eventos Sociais	34	42,50	08	40,00
Trabalho Voluntário				
Participa de Trabalho Voluntário	21	26,25	06	30,00
Não Participa de Trabalho Voluntário	59	73,75	14	70,00
Frequência que encontra amigos				
Diariamente	26	32,50	07	35,00
Semanalmente	28	35,00	06	30,00
Quinzenalmente	05	6,25	01	5,00
Mensalmente	06	6,25	01	5,00
Eventualmente	15	25,00	05	25,00

Tabela 12C – Número de dependentes dos servidores aposentados, Cataguases, MG, 2001

DEPENDENTES	CATEGORIAS			
	Docentes		Serv. de Apoio	
	Freq. Absoluta	%	Freq. Absoluta	%
Nenhum	19	23,75	12	60,00
De 1 a 2 dependentes	44	55,00	05	25,00
De 3 a 4 dependentes	14	17,50	02	10,00
De 5 a 6 dependentes	03	3,75	01	5,00
Mais de 7 dependentes	–	–	–	–

Tabela 13C – Condições habitacionais dos servidores aposentados, Cataguases, MG, 2001

HABITAÇÃO	CATEGORIAS			
	Docentes		Serv. de Apoio	
	Freq. Absoluta	%	Freq. Absoluta	%
Condição da Moradia				
Própria	73	91,25	12	60,00
Alugada	04	5,00	03	15,00
Cedida	01	1,25	03	15,00
Com Parentes	02	2,50	02	10,00
Localização da Moradia				
Centro	33	41,25	03	15,00
Bairro Residencial	45	56,25	11	55,00
Periferia	02	2,50	06	30,00

Tabela 14C – Percepção do servidores aposentados a respeito do idoso, Cataguases, MG, 2001

PERCEPÇÃO	CATEGORIAS			
	Docentes		Serv. de Apoio	
	Freq. Absoluta	%	Freq. Absoluta	%
Discriminado/Marginalizado	25	31,25	06	30,00
Desvalorizado	13	16,25	06	30,00
Respeitado	15	18,75	05	25,00
Valorizado	27	33,75	03	15,00

Tabela 15C – O significado de “estar aposentado” para o servidor, Cataguases, MG, 2001

SIGNIFICADOS	CATEGORIAS			
	Docentes		Serv. de Apoio	
	Freq. Absoluta	%	Freq. Absoluta	%
Premiação/Recompensa	26	31,25	02	10,00
Conquista	12	15,00	04	20,00
Dever Cumprido	15	20,00	04	20,00
Tempo Disponível	16	20,00	02	10,00
Descanso	07	8,75	06	30,00
Ruim	04	5,00	02	10,00

Tabela 16C – Aspectos inerentes às vantagens e desvantagens da aposentadoria, Cataguases, MG, 2001

ASPECTOS	CATEGORIAS			
	Docentes		Serv. de Apoio	
	Freq. Absoluta	%	Freq. Absoluta	%
Vantagens				
Não ter compromisso com horário	38	43,75	05	20,00
Segurança de Salário	14	17,50	08	35,00
Descanso	07	8,75	03	15,00
Mais tempo para dedicar a Família	22	23,75	04	20,00
Desvantagens				
Defasagem Salarial	22	27,50	04	20,00
Falta do convívio com colegas, alunos	26	32,50	10	50,00
Inutilidade	–	–	02	10,00
Isolamento	18	25,00	–	–
Dificuldade de encontrar outro emprego	02	2,50	–	–
Nenhuma	12	17,50	04	25,00

APÊNDICE D

QUESTIONÁRIO

1 – Nome do entrevistado (facultativo): _____

2 – Sexo: () M () F

3 – Estado Civil

() Solteiro () Casado/amigado () Divorciado/Desquitado
() Viúvo

4 – Grau de Escolaridade:

() Ensino Fundamental Incompleto () Ensino Superior Completo
() Ensino Fundamental Completo () Ensino Superior Incompleto
() Ensino Médio Incompleto () Pós-graduação
() Ensino Médio Completo

5 – Idade que se aposentou:

() abaixo de 45 anos () 55 a 59 anos
() 45 a 49 anos () 60 a 64 anos
() 50 a 54 anos () mais de 65 anos

6 – Qual setor de atividade que exercia nas escolas:

() professor de ensino fundamental
() professor de ensino médio
() faxineira
() cozinheira
() servente

Outros. Especificar: _____

7 – Quanto tempo trabalhou no ensino público (anos): _____

8 – Marque na escala: Qual é a sua percepção quanto aos benefícios concedidos pelo IPSEMG aos usuários:

(1) muito insatisfeito (2) insatisfeito (3) indiferente (4) satisfeito
(5) muito satisfeito

() Valor da aposentadoria () Auxílio-doença

9 – Se aposentou:

() por idade () doença ou insalubridade () tempo de serviço
() Outros. Especificar: _____

- 10 – Atualmente o (a) senhor(a) exerce algum tipo de atividade remunerada?
() Sim. Qual _____
() Não. Porquê? _____

Se a resposta for positiva, quais os fatores que o(a) levaram a continuar trabalhando?

- () complementar a renda
() sentir-se produtivo
() evitar depressão
() sente prazer no que faz
() outros. Quais: _____

11 – Que tipo de atividades costuma fazer para se distrair?

Atividades	Diariamente	Semanalmente	Quinzenalmente	Mensalmente	Eventualmente

12 – Costuma participar de eventos promovidos por associações, prefeituras, escolas, igrejas, outros?

- () Sim. Especificar: _____
() Não. Porquê? _____

13 – Possui amigos?

- () Sim () Não

14 – Com que frequência costuma reunir com amigos, parentes ou grupos de vizinhança?

- () diariamente () semanalmente () quinzenalmente () mensalmente () eventualmente

15 – Participa de algum tipo de trabalho voluntário?

- () Sim. Especificar: _____
() Não. Porquê? _____

16 – Que tipo de atividades de lazer são para o (a) senhor(a) mais prazerosas?

17 – O tempo que o (a) senhor(a) dedica a essas atividades:

- () suficiente () insuficiente

18 – Gostaria de ter outra atividade de lazer?

- () Sim. Especificar: _____
() Não. Porquê? _____

19 – O (a) senhor(a) fez algum tratamento de saúde neste ano?

- () Sim. Especificar: _____
() Não

20 – Como custeou esse tratamento?

IPSEMG Particular Plano de saúde SUS

21 – Essa doença influenciou na decisão de voltar ou continuar no mercado de trabalho?

Sim Não

Se a resposta for positiva, como influenciou? _____

Se a resposta for negativa, porque? _____

22 – O senhor(a) reside com a sua família?

Sim Não

23 – Como é o seu relacionamento com a sua família?

Ótimo Bom Regular Péssimo

24 – Você costuma realizar tarefas domésticas?

Sim Não

Se a resposta for positiva, quais tarefas? _____

Se a resposta for negativa, porque? _____

25 – Qual é a sua participação nas decisões tomadas na família?

participa ativamente

pouco participa

não participa

indiferente

26 – Salário que recebe do Estado, incluindo os benefícios:

Até 1 SM De 4,1 a 5,0 SM

De 1,1 a 2,0 SM De 5,1 a 6,0 SM

De 2,1 a 3,0 SM De 6,1 a 7,0 SM

De 3,1 a 4,0 SM Mais de 7,1SM

27 – O (a) senhor(a) recebe algum benefício, como pensão, auxílio, benefícios de planos de aposentadoria privada?

Sim Não

Se a resposta for positiva, qual o valor (em reais) desse benefício? _____

28 – Qual é a renda da família?

De 2,0 a 3,0 SM De 5,1 a 6,0 SM De 8,1 a 9,0 SM

De 3,1 a 4,0 SM De 6,1 a 7,0 SM Mais de 10 SM

De 4,1 a 5,0 SM De 7,1 a 8,0 SM

29 – Relatar os Bens

casa lote título de capitalização

apartamento estabelecimento comercial Outros: _____

sítio poupança

30 – Relatar equipamentos que possui:

- | | | |
|---|--|---|
| <input type="checkbox"/> telefone | <input type="checkbox"/> antena parabólica | <input type="checkbox"/> máquina de secar |
| <input type="checkbox"/> motocicleta | <input type="checkbox"/> microondas | |
| <input type="checkbox"/> máquina de lavar roupa | <input type="checkbox"/> computador | |
| <input type="checkbox"/> TV | <input type="checkbox"/> aparelho de som | |
| <input type="checkbox"/> Vídeo cassete | <input type="checkbox"/> geladeira | |
| <input type="checkbox"/> DVD | <input type="checkbox"/> freezer | |
| <input type="checkbox"/> Aparelho de CD | <input type="checkbox"/> carro | |
| <input type="checkbox"/> Celular | <input type="checkbox"/> bicicleta | |

31 – O (a) senhor(a) é responsável por alguma dessas despesas?

Alimentação

- supermercado padaria açougue sacolão feira-livre

Saúde

- planos de saúde médicos farmácia exames

Habitação

- aluguel água luz telefone gás
 condomínio consertos e reformas outros

Vestuário

- compras de roupas compras de sapato costureira
 compras tecidos/aviamentos

Transporte

- Ônibus táxi combustível manutenção
 viagens prestação de veículo

Educação

- Livros jornais e revistas cursos filhos estudando fora de casa

32 – Número de dependentes:

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Nenhum | <input type="checkbox"/> De 5 a 6 dependentes |
| <input type="checkbox"/> De 1 a 2 dependentes | <input type="checkbox"/> Mais de 7 dependentes |
| <input type="checkbox"/> De 3 a 4 dependentes | |

33 – Condição de moradia:

- própria alugada cedida com parentes outros

34 – Local da residência:

- bairro residencial centro periferia

35 – Como o (a) senhor(a) percebe o idoso na sociedade atual?

36 – O que representa para o (a) senhor(a) “estar aposentado”?

37 – Na sua opinião, quais as vantagens e desvantagens da aposentadoria?

Vantagens: _____

Desvantagens: _____

38 – Observações. Se achar necessário, poderá dar sua opinião, fazer críticas, sugestões sobre a aposentadoria.
